



ACRÓNIMOS

ACLED	Armed Conflict Location & Event Data Project (<i>Projecto de Dados de Localização de Conflitos Armados e de Eventos</i>)
ADIN	Agência para o Desenvolvimento Integrado do Norte
ADPP	Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo
AF	Ano Fiscal
ANAC	Agência Nacional das Áreas de Conservação
APE	Agente Polivalente Elementar
AQUA	Agência Nacional para o Controlo da Qualidade Ambiental
ARV	Anti-retrovirais
BHA	Bureau of Humanitarian Assistance (<i>Gabinete de Ajuda Humanitária</i>)
CDCS	Estratégia de Cooperação para o Desenvolvimento de Moçambique
CEFM	Casamento Prematuro Forçado
CHEMO	Consórcio constituído pela World Vision e Food for the Hungry
CISM	Centro de Investigação em Saúde de Manhica
CLA	Collaborating, Learning, and Adapting (<i>Colaboração, Aprendizagem e Adaptação</i>)
CCN	Cooperating Country Nationals (<i>Nacionais de Países Cooperantes</i>)
COSACA	Consórcio constituído pela Oxfam, Save the Children e CARE
COVID 19	Coronavirus 2019
CSOSI	Índice de Sustentabilidade das Organizações da Sociedade Civil
CTA	Confederação das Associações Económicas de Moçambique
CVE	Countering Violent Extremism (<i>Combate ao Extremismo Violento</i>)
DEA	Drug Enforcement Administration (<i>Administração do Controlo de Drogas</i>)
DFC	Development Finance Corporation (<i>Agência Financeira de Desenvolvimento</i>)
DNAA	Direcção Nacional de Avaliação Ambiental
DO	Development Objective (<i>Objectivo de Desenvolvimento</i>)
DOAG	Development Objective Grant Agreement (<i>Objectivo de Desenvolvimento do Acordo de Doação</i>)
DoD	Departamento de Defesa dos Estados Unidos
DoS	Departamento de Estado dos Estados Unidos
DREAMS	Determined, Resilient, Empowered, AIDS-free, Mentored, and Safe (<i>Determinado, Resiliente, Capacitado, Livre do SIDA, Orientado, Seguro</i>)
DRR/RRD	Redução de Risco de Desastres
EUA	Estados Unidos da América
FEWSNET	The Famine Early Warning Systems Network (<i>Rede de Sistemas de Aviso Prévio da Fome</i>)
FDC	Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade
FID	UK Department for International Development (<i>Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido</i>)
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
FSO	Foreign Service Officer (<i>Oficial do Serviço de Estrangeiros</i>)
G2G	Government to Government Agreement (<i>Acordo entre Governos</i>)
GNL	Gás natural liquefeito
GRM	Governo da República de Moçambique
H2n	Associação H2n
HIV/SIDA	Human Immunodeficiency Virus/Acquired Immunodeficiency Syndrome (<i>Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida</i>)
IDA	International Development Association (<i>Associação para o Desenvolvimento</i>)

Aprovado para Publicação

	<i>Internacional)</i>
INGD	Instituto Nacional de Gestão de Desastres
IR	Intermediate Result (<i>Resultado Intermédio</i>)
IS-M	Islamic State Mozambique (<i>Estado Islâmico - Moçambique</i>)
J2SR	Journey to Self-Reliance (<i>Jornada para a Auto-Suficiência</i>)
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MCC	Millennium Challenge Corporation
MdE	Memorando de Entendimento
MEL	Monitoring, Evaluation, and Learning (<i>Monitorização, Avaliação e Aprendizagem</i>)
MIC	Ministério da Indústria e Comércio
MOPHRH	Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
NRM	Natural resource management (<i>Gestão dos recursos naturais</i>)
N'weti	Comunicação para Saúde.
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OGAC	Office of the U.S. Global AIDS Coordinator (<i>Gabinete do Coordenador Global da SIDA dos EUA</i>)
ONG	Organização Não Governamental
ONGI	Organização não-governamental internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
OTI	Office of Transition Initiatives (<i>Gabinete de Iniciativas de Transição</i>)
PEPFAR	President's Emergency Program for AIDS Relief (<i>Plano de Emergência do Presidente dos Estados Unidos para o Alívio do SIDA</i>)
PI	Parceiro de implementação
PIB	Produto Interno Bruto
PMA	World Food Programme (<i>Programa Mundial de Alimentação</i>)
PMI	President's Malaria Initiative (<i>Iniciativa do Presidente dos EU contra a Malária</i>)
PMP	Performance Management Plan (<i>Plano de Gestão do Desempenho</i>)
PPL	The Bureau for Policy, Planning and Learning (<i>Gabinete de Políticas, Planeamento e Aprendizagem</i>)
PPP	Parceria Público-Privada
PQG	Programa Quinquenal do Governo
PSE	Private Sector Engagement (<i>Participação do Sector Privado</i>)
RDR	Redefining our Relationship with Partner Governments (<i>Redefinindo a nossa Relação com Governos Parceiros</i>)
SETSAN	Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutrição
TIC	Tecnologia de informação e comunicação
UE	União Europeia
UNICEF	United Nations Children's Fund (<i>Fundo das Nações Unidas para a Infância</i>)
UniLurio	Universidade Lúrio
USAID	United States Agency for International Development (<i>Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional</i>)
USG	United States Government (<i>Governo dos Estados Unidos</i>)
USPSC	U.S. Personal Services Contractors (<i>Contratados de Serviços Pessoais dos EUA</i>)
VBG	Violência Baseada no Género
VE	Violent Extremism (<i>Extremismo Violento</i>)
WASH	Água, Saneamento e Higiene
WCS	World Conservation Society (<i>Sociedade Mundial de Conservação</i>)

ÍNDICE

I. SUMÁRIO EXECUTIVO	6
Objectivo da CDCS	6
Roteiro Nacional	7
Escolhas Estratégicas	8
Quadro de Resultados	10
II. CONTEXTO DO PAÍS	11
Factores-Chave	11
Alinhamento com as Prioridades Nacionais.....	11
Roteiro Nacional	12
Planificação da Transição.....	13
III. ABORDAGEM ESTRATÉGICA	14
Relação dos EUA com o Governo de Moçambique	14
Utilização dos Recursos do País Beneficiário.....	14
Envolvimento do Sector Privado.....	15
Papel da Sociedade Civil.....	15
Esforços de Outros Actores dos Estados Unidos	16
Financiamento da Auto-Suficiência	17
Planeamento de Cenários.....	17
IV. QUADRO DE RESULTADOS	18
Declaração de Objectivos e Narrativa	18
Moçambicanos Mais Saudáveis e com Melhor Educação, Especialmente os Jovens e Vulneráveis	18
IR 1.1: Melhoria da Qualidade dos Serviços de Saúde e Educação	21
IR 1.2: Maior Utilização dos Serviços de Saúde e Educação, Centrada nos Jovens e no Género	23
IR 1.3 Sistemas de Saúde e Educação Resilientes Fortalecidos	24
Objectivo de Desenvolvimento 2: Crescimento Económico Diversificado e Inclusivo	25
IR 2.1: Processos Democráticos Visados Reforçados	28
IR 2.2: Implementação da Governação Económica Fortalecida	29
IR 2.3: Ambiente Favorável ao Negócio Fortalecido.....	29
IR 2.4: Maior Rentabilidade das Empresas Agrícolas e outras Empresas Visadas	30
Objectivo de Desenvolvimento 3: Maior Resiliência das Populações Vulneráveis aos Principais Choques	32
IR 3.1: Maior Segurança Alimentar e Nutricional dos Agregados Familiares.....	36
IR 3.2: Melhor Gestão e Maior Utilização Sustentável dos Serviços de Água e Saneamento para as Populações Alvo	36
IR 3.3: Melhor Gestão dos Recursos Naturais	37
IR 3.4: Comunidades Alvo Melhor Preparadas para Resistir ao Extremismo Violento e Mitigar Conflitos	38
IR 3.5: Comunidades Alvo Melhor Preparadas para os Desastres Naturais.....	39

V. MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM.....	41
VI. ANEXOS.....	43
ANEXO: Roteiro Nacional da Jornada para a Auto-Suficiência, AF 2021	43
Análise das Mudanças Climáticas	

I. SUMÁRIO EXECUTIVO

OBJECTIVO DA CDCS

Moçambique apresenta uma das trajectórias de desenvolvimento mais variáveis de qualquer país da África Subsaariana. Neste momento um dos países mais pobres do mundo, Moçambique também se encontra no limiar de um *boom* económico impulsionado pelo gás natural. O país espera tornar-se num grande exportador de gás nos próximos dez anos, após a descoberta de mais de 150 triliões de pés cúbicos de gás ao largo da costa. Se o investimento total de 60 biliões de dólares for realizado, será decisivo para a trajectória de desenvolvimento do país – “para o melhor ou para o pior”. A Missão está perfeitamente ciente e cautelosa dos exemplos da “maldição dos recursos”, espalhados por todo o continente africano, e esses exemplos informaram a presente estratégia.

As escolhas que, colectivamente, compõem esta estratégia baseiam-se na visão da Missão sobre o próximo período estratégico de cinco anos como a presença de uma janela limitada para preparar a chegada dos rendimentos provenientes do sector extractivo, para que traga mudanças positivas para o país, o seu governo e a sua população. Este período estratégico serve como uma oportunidade para mitigar os ventos contrários que existem actualmente, assim como aumentar a probabilidade de um eventual resultado favorável do sector extractivo.

No entanto, os ventos contrários são significativos, uma vez que Moçambique ocupa o 180º lugar entre 189 países no *Índice de Desenvolvimento Humano de 2019*. O sobreendividamento, a crescente desigualdade em termos de renda e a corrupção são constrangimentos significativos. Os desastres naturais cada vez mais frequentes, a falta de emprego formal, as fracas oportunidades e resultados em termos de saúde e educação apresentam mais desafios ainda. Além disso, as ameaças à estabilidade económica e à governação democrática sob a forma de eleições marcadas por irregularidades¹ e de extremismo violento crescente no norte do país, assim como os efeitos ainda não calculados da COVID-19 no panorama do desenvolvimento, ilustram ainda mais a multiplicidade e magnitude dos actuais constrangimentos.

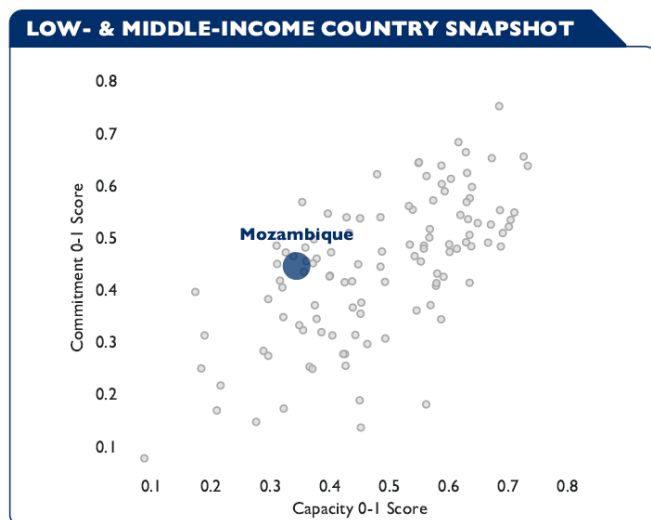
A presente Estratégia de Cooperação para o Desenvolvimento (CDCS) 2020-2025 descreve como a USAID apoiará Moçambique na sua Jornada para a Auto-Suficiência (J2SR) e o progresso em direcção ao objectivo final de acabar com a necessidade de ajuda humanitária e de desenvolvimento de Moçambique. Não se trata de uma estratégia de transição, mas sim de uma estratégia de preparação, que estabelece o quadro para uma futura transição, cujo calendário dependerá da chegada de receitas significativas do sector extractivo.

O objectivo desta estratégia é apoiar e ajudar a moldar um Moçambique resiliente, preparado para o futuro. A USAID promoverá um Moçambique pacífico, próspero e saudável, onde os cidadãos beneficiarão de maiores investimentos. A USAID/Moçambique atingirá este objectivo através de três Objectivos de Desenvolvimento (DO) que dão prioridade à fortificação dos elementos fundamentais necessários para uma maior auto-suficiência de Moçambique: 1) moçambicanos mais saudáveis e com melhor educação, especialmente os jovens e vulneráveis; 2) crescimento económico diversificado e inclusivo; e 3) maior resiliência das populações vulneráveis² aos principais choques. Esta CDCS dará prioridade à

¹De acordo com a declaração da Embaixada dos EUA de 18 de Outubro de 2019 sobre a sua observação das eleições realizadas em Moçambique, “embora as eleições parecessem “pacíficas” e “ordeiras”, os observadores eleitorais “testemunharam uma série de irregularidades e vulnerabilidades que levantam questões sobre a integridade destes procedimentos” e “vários incidentes de violência e intimidação graves, incluindo o assassinato de um dirigente da sociedade civil nos dias que antecederam as eleições, foram preocupantes e podem ter contribuído para dúvidas públicas sobre um ambiente eleitoral seguro e justo.”

²Para efeitos desta estratégia, a Missão utiliza o termo populações vulneráveis para analisar grupos e comunidades em maior risco de marginalização em resultado de barreiras que limitam o acesso aos recursos sociais, económicos, políticos e/ou ambientais. Cada programa de DO destina-se a ajudar as populações vulneráveis, a incluir mulheres e jovens dentro de áreas programáticas nas quais goza de uma vantagem comparativa.

implementação de iniciativas, estratégias e políticas do USG relacionadas com a igualdade de género, com vista a reforçar a igualdade de género e o empoderamento da mulher em todos os sectores.



ROTEIRO DO PAÍS

A localização de Moçambique no quadrante superior esquerdo da imagem de auto-suficiência sugere um grau médio de empenho e um nível relativamente baixo de capacidade. O *Roteiro da Jornada para a Auto-suficiência* de Moçambique no AF2020 reforça a escolha das prioridades estratégicas estabelecidas nesta estratégia.

Compromisso: A dimensão de compromisso do roteiro mede o grau em que as políticas e leis de Moçambique reflectem o desejo do país de resolver os seus próprios desafios. Conforme detalhado na secção do contexto do país, o desempenho de Moçambique varia e, de um modo geral, não está a evoluir numa direcção positiva. No rescaldo do escândalo das dívidas ocultas³, de 2016, reflectido na baixa pontuação na democracia liberal e no governo aberto, esta estratégia aumentará o foco da USAID numa maior responsabilização do governo e no compromisso em relação a resultados sustentáveis para se preparar para o *boom* económico impulsionado pelo gás. Os indicadores de desenvolvimento inclusivo mostram uma tendência negativa nas áreas da igualdade dos grupos sociais e do fosso económico entre os géneros. O foco desta estratégia incidirá nos investimentos financeiros dos programas da Missão, assim como no envolvimento técnico directo para ajudar Moçambique a melhorar os resultados de saúde e educação, os rendimentos agrícolas e a resiliência entre as mulheres e grupos marginalizados necessária para mitigar as desigualdades socioeconómicas. Os dados da política económica apresentam um quadro em que o ambiente de negócios e de investimento está abaixo da média e com tendências negativas. Esta estratégia ajudará a dar forma a uma política que permita um ambiente de investimento empresarial mais favorável.

Capacidade: A dimensão da capacidade do roteiro é uma indicação da capacidade de Moçambique para gerir a sua própria jornada de desenvolvimento nas dimensões de desenvolvimento político, social e económico. Moçambique apresenta fraca capacidade, com a pontuação de sete das dez sub-dimensões abaixo da pontuação média dos países de baixa-média renda. Isto revela claramente a necessidade dos sectores, em alguns casos de iniciar melhorias a partir de uma linha de base muito baixa, noutros de consolidar e tirar partido de ganhos anteriores. Por exemplo, dentro do subelemento de capacidade governamental, a eficácia do governo situa-se abaixo da média e tem uma tendência negativa, a capacidade dos cidadãos situa-se também abaixo da média e a capacidade económica situa-se muito abaixo da média em todas as áreas. Muitos destes índices apresentam-se de forma diferente em diversas zonas geográficas⁴ e esta estratégia considera estas variações regionais.

³Entre 2013 e 2014, três empresas apoiadas pelo Estado assumiram mais de 2 mil milhões de dólares de dívida questionável, garantida pelo governo (equivalente a cerca de 13 por cento do PIB). Cerca de 1,2 mil milhões de dólares foram emprestados a título secreto, à revelia do Parlamento e do público. As dívidas ocultas foram reveladas em 2016, mas só agora a justiça está a identificar os alegados conspiradores, que são acusados de terem embolsado milhões. <https://www.economist.com/middle-east-and-africa/2019/08/22/a-2bn-loan-scandal-sank-mozambiques-economy>

⁴Mozambique Economic Update: Mind the Rural Investment Gap: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/480651580155354219/mozambique-economic-update-mind-the-rural-investment-gap>

ESCOLHAS ESTRATÉGICAS

Informada por mais de 35 anos de experiência da USAID em Moçambique, pelas necessidades do país, pelas prioridades do Governo de Moçambique (GRM), pelas vantagens comparativas da USAID e em coordenação com doadores internacionais e principais intervenientes locais, esta estratégia centra-se nos pilares fundamentais que apoiarão Moçambique na sua preparação para a chegada de receitas sem precedentes impulsionadas pelo gás e nas oportunidades que as acompanham para fazer avançar a sua J2SR. Como principal doador bilateral de Moçambique no domínio da saúde, a USAID/Moçambique continuará a concentrar os fundos destinados à saúde, que representam 85 por cento do seu orçamento anual, na prevenção e tratamento do HIV/SIDA, tuberculose e malária. A Missão continuará ainda a melhorar a saúde e nutrição materna, infantil e neonatal e aumentará a disponibilidade de serviços de planeamento familiar e saúde reprodutiva. A USAID/Moçambique continuará a responder ao pedido de assistência do GRM no sector da educação, expandindo o seu programa bilingue de leitura nas classes iniciais, de modo a abranger as crianças até à sexta classe. A Missão continuará a desenvolver a sua relação com o GRM, incentivando um maior nível de governação e gestão transparente e responsável a nível nacional, provincial e comunitário em todos os sectores, a fim de incluir a saúde, educação, negócios, gestão de recursos naturais, agricultura e água e saneamento..

Nos últimos anos, as actividades da Missão foram mais difusas, normalmente espalhadas pelas 11 províncias de Moçambique. Esta estratégia irá promover um foco programático no norte e centro de Moçambique, regiões com enorme potencial, mas que concentram grandes populações com necessidades significativas não satisfeitas. Além disso, esta estratégia incorpora a revitalização da segurança alimentar, agricultura e programação da resiliência, através de uma injeção de financiamento adicional, um distanciamento de um foco mais tradicional na produção, de modo a incluir a resiliência a choques prolongados e crises periódicas. A Missão criou ainda cargos permanentes para um especialista em género e um conselheiro para a juventude, o que reflecte o maior compromisso desta estratégia com o género e a juventude. Por último, esta estratégia contempla uma mudança de uma estreita perspectiva de programação do crescimento económico para uma perspectiva mais ampla, sustentável e diversificada de crescimento económico e governação, que promove uma gestão das finanças públicas baseada na transparência e na responsabilização e serve de modelo de desenvolvimento, centrando-se numa parceria mutuamente benéfica e na auto-suficiência, e não na opacidade, na dívida e na dependência.

Em todos os DO, a Missão irá trabalhar com o intuito de reforçar a igualdade de género, reduzir as disparidades de género e enfrentar os principais desafios – tais como o casamento infantil, prematuro e forçado (CEFM) e a violência baseada no género (VBG), que são críticos para a J2SR do país. No âmbito do DO 1, a Missão irá promover o acesso equitativo aos serviços de saúde e apoiar a transformação das normas e comportamentos de género que afectam o planeamento familiar e a nutrição de qualidade. As actividades no âmbito do DO 2 irão melhorar a capacidade do GRM de fazer face ao agravamento do fosso económico entre os géneros através do desenvolvimento do empreendedorismo e da capacidade técnica para jovens e mulheres. O DO 3 irá dar prioridade à redução das disparidades de resiliência entre homens e mulheres a nível do agregado familiar, da comunidade e dos sistemas. A Missão visa criar oportunidades económicas para as mulheres nos sectores agrícola e extractivo; reforçar a tomada de decisões das mulheres e o acesso aos recursos no sector da água, saneamento e higiene (WASH); aumentar as oportunidades e resultados para as mulheres e raparigas que vivem em parques nacionais e áreas protegidas ou perto deles; reforçar a resistência dos jovens à radicalização e recrutamento para o extremismo violento (VE), reconhecendo as vulnerabilidades particulares dos homens jovens economicamente desfavorecidos; e combater a pobreza e as normas sociais que resultam no casamento infantil, prematuro e forçado, particularmente no contexto do crescente extremismo violento e de populações deslocadas.

Como país de Nível 2 no *Relatório de Tráfico de Pessoas do Departamento de Estado de 2020*, o GRM continua a registrar progressos rumo à eliminação do tráfico de pessoas. Através desta CDCS, a Missão irá trabalhar para melhorar a governação, com ênfase na melhoria do compromisso do GRM com o Estado de direito e no apoio ao GRM na criação de condições fundamentais para uma melhor capacidade de resposta aos cidadãos. O reforço destas áreas irá apoiar ainda mais a nação no combate ao tráfico de seres humanos.

Moçambique não é um país de preocupação segundo o *Relatório Internacional de Liberdade Religiosa do Departamento de Estado*. A Constituição de Moçambique prevê a liberdade de pensamento e expressão religiosa e proíbe a discriminação religiosa no local de trabalho. Outras leis protegem a liberdade religiosa individual contra abusos por parte do governo ou de actores privados. A Embaixada dos EUA trabalha com o GRM com vista a garantir que haja um elevado nível de respeito social pela liberdade religiosa, tal como demonstrado por leis e práticas.

DIAGRAMA DO QUADRO DE RESULTADOS

II. CONTEXTO DO PAÍS

FACTORES PRINCIPAIS

Os moçambicanos, como povo, têm uma história bem documentada de resiliência, sobrevivendo a guerras civis, secas recorrentes, desastres naturais e epidemias de saúde. Ao longo de muitas gerações, adaptaram-se bem face à adversidade e a situações de grande tensão. Porém, o governo moçambicano tem menos de 50 anos e ainda está a encontrar o seu próprio rumo.

Moçambique é um país pobre, pouco povoado, com elevadas taxas de fecundidade e mortalidade⁵ e uma população jovem em rápido crescimento – 45 por cento da população tem menos de 15 anos de idade. A elevada taxa de pobreza de Moçambique (63 por cento vive com menos de 2 dólares por dia)⁶ é perpetuada por frequentes desastres naturais, elevado peso de doenças, elevado crescimento populacional, baixa produtividade agrícola e uma distribuição desigual da riqueza. Moçambique tem a segunda maior epidemia de HIV do mundo, com o segundo maior número de mortes e novas infeções relacionadas com o SIDA. O país é também um foco de epidemia global da malária, estimando-se que 43 por cento das crianças menores de 5 anos de idade sofram de desnutrição crónica. No ensino primário, existem sérias limitações de aprendizagem – em média, apenas 4,9% das crianças na 3ª classe têm capacidades de alfabetização correspondentes à sua classe, muito abaixo dos países africanos vizinhos. Além disso, a fraca frequência escolar e os maus resultados de aprendizagem – que frequentemente levam ao abandono escolar – continuam a ser um grande desafio, especialmente para as raparigas. Algumas das razões mais comuns para uma menor frequência escolar das raparigas, mesmo a nível primário, incluem a pobreza, uma maior carga de trabalho doméstico para as raparigas, a falta de modelos do sexo feminino, abuso sexual na escola, violência baseada no género, casamento infantil e gravidez precoce ou não desejada.

A corrupção é também um problema generalizado em todos os sectores. Em 2016, a divulgação de mais de 2 mil milhões de dólares em “dívidas ocultas” ilegais, contraídas por funcionários moçambicanos junto de bancos internacionais, fez com que o FMI e muitos parceiros de desenvolvimento ocidentais cortassem o apoio ao orçamento de Moçambique. Em 2019, o país foi devastado por ciclones consecutivos, que mataram pelo menos 600 pessoas e danificaram ou destruíram pelo menos 240.000 casas, criando necessidades de recuperação estimadas em 3,02 mil milhões de dólares. Desde finais de 2017, um grupo extremista islâmico violento, agora ligado ao Estado Islâmico e conhecido como Estado Islâmico-Moçambique (IS-M), realizou mais de 580 ataques contra o governo e civis em Cabo Delgado, província rica em gás, matando quase 2.000 pessoas e causando mais de 570.000 deslocados internos.

Embora abordado no Sumário Executivo, vale a pena repetir: após a descoberta de mais de 150 trilhões de pés cúbicos de gás ao largo da costa, Moçambique espera tornar-se um grande exportador de gás nos próximos dez anos. Quando o investimento de 60 mil milhões de dólares for realizado, será um factor decisivo na trajectória de desenvolvimento do país, uma trajectória que esta estratégia trata como sendo crucial.

ALINHAMENTO COM AS PRIORIDADES DO PAÍS

Conforme ilustrado no RF, o foco desta CDCS centra-se em moçambicanos mais saudáveis e com melhor educação, crescimento económico diversificado e inclusivo e resiliência das populações vulneráveis. Tal

⁵CENSO da População 2017 - Taxa de Fecundidade 5,2; Taxa de Mortalidade Infantil 67,3; Taxa de Mortalidade Materna 451,6

⁶Mozambique Multidimensional Poverty Analysis Status and Trends, (Janeiro de 2019), Embaixada da Suécia em 4.

como mostra a tabela a seguir, os DOs da Missão complementam as prioridades estabelecidas no *Plano Quinquenal do Governo (PQG) (2020-2024)*, elaborado recentemente.

O PQG do GRM também faz uma menção especial à necessidade de promover a igualdade de género, a inclusão social e a protecção dos mais vulneráveis, o que está bem relacionado com a programação planeada da Missão no âmbito da política de género da USAID e das necessidades identificadas no país.

O Governo moçambicano reconhece que tem uma das melhores oportunidades no continente africano de transformar a sua economia e de transitar para o estatuto de país de média renda. Com efeito, o Presidente Filipe Nyusi proclamou durante um evento em Setembro de 2020: “*Temos de transformar Moçambique num país produtivo e sustentável. Não podemos continuar a viver de donativos*”. Segundo o FMI, as receitas fiscais provenientes de projectos de gás poderiam representar mais de 50 por cento do total das receitas até ao final da década de 2020. Embora isto possa ser protelado alguns anos devido ao adiamento da decisão final de investimento pela ExxonMobil e ao actual declínio dos preços do petróleo, o valor potencial das jazidas de gás natural de Moçambique sugere que estas serão desenvolvidas. Esta estratégia foi desenhada para apoiar os esforços de Moçambique no sentido de otimizar a sua “janela de oportunidade.”

ROTEIRO DO PAÍS

Compromisso: Como já foi referido anteriormente, a dimensão de compromisso do roteiro avalia o grau em que as políticas, acções e práticas de Moçambique apoiam o seu progresso no sentido de resolver os seus próprios desafios de desenvolvimento. O desempenho de Moçambique nas três sub-dimensões de compromisso não está a apontar para uma direcção positiva. Uma classificação inferior à média nas áreas da democracia liberal demonstra que embora Moçambique tenha um quadro legal relativamente forte para defender as liberdades cívicas e políticas, o país precisa de ultrapassar a influência excessiva do poder executivo, uma vez que esta concentração de poder limita o exercício da democracia liberal. A sub-dimensão de desenvolvimento inclusivo, embora com uma pontuação ligeiramente acima da média para os países de baixa e média renda, mostra uma tendência negativa de sete anos nas áreas de igualdade dos grupos sociais e do fosso económico entre géneros. A sub-dimensão da política económica pinta um quadro inconsistente, em que o quadro político é relativamente forte (liberdade comercial) e o lado da implementação é muito fraco, como se reflecte numa pontuação muito baixa no que diz respeito ao ambiente de negócios e investimento. A política ambiental mantém-se acima da média e apresenta uma tendência positiva. De um modo geral, o roteiro mostra um grau médio de compromisso. Todavia, a Missão acredita que este é um reflexo de um quadro político acima da média com um grau inferior de implementação e aplicação transparente.

Capacidades: O nível desigual mas geralmente baixo da capacidade de Moçambique, conforme ilustrado pelo roteiro do país, indica a necessidade em vários sectores, nalguns casos de inverter tendências e alcançar ganhos iniciais, noutros de consolidar e tirar partido de sucessos anteriores. Por exemplo, tanto a eficácia do governo como os dados do roteiro relativos à capacidade dos cidadãos mostram uma falta de capacidade e uma tendência negativa. A capacidade económica está também muito abaixo da média. Em sectores prioritários, a programação estratégica abordará as questões nos sectores dos quais os dados decepcionantes são extraídos. Por exemplo, a Missão irá: melhorar o acesso a serviços de saúde e educação de qualidade em zonas específicas; trabalhar com vários níveis do GRM e a nível comunitário com vista a uma maior resiliência e auto-suficiência das pessoas, comunidades e entidades governamentais; e envolver-se com a sociedade civil e os meios de comunicação social por forma a aumentar a eficácia da

sociedade civil. A Missão acredita que as lacunas em termos de capacidades a todos os níveis limitam as necessidades críticas de prestação de serviços no sector social. Para colmatar estas lacunas, a estratégia tem como objectivo desenvolver os investimentos feitos nos sistemas locais, de modo a torná-los mais fortes, menos dependentes dos doadores e menos vulneráveis a choques.

Esta estratégia foi desenvolvida ao longo de 2020, uma vez que a pandemia COVID-19 afectou o desenvolvimento em Moçambique, exigindo uma avaliação de como será realizar a actividade de desenvolvimento numa situação pós-COVID-19. Sem dúvida, o desenvolvimento moçambicano irá sofrer impactos negativos. No entanto, a crise também apresentará oportunidades para melhorar os modelos empresariais de desenvolvimento. Por outro lado, a COVID-19 ilustra a importância da preparação de cenários e da gestão de adaptação no desenvolvimento e implementação desta estratégia. A USAID continuará a monitorizar os impactos da COVID-19 em Moçambique e a reavaliar a sua abordagem estratégica, conforme apropriado, durante todo o período de vigência da CDCS.

PLANIFICAÇÃO DA TRANSIÇÃO

À luz dos muitos desafios de desenvolvimento discutidos anteriormente, não se espera que Moçambique se torne auto-suficiente dentro do período de tempo em que esta estratégia estiver em vigor. Contudo, dado o momento único e a complexa trajectória de desenvolvimento, esta CDCS irá trabalhar no sentido de estabelecer uma base forte para uma maior resiliência e, em última análise, para a auto-suficiência moçambicana que será necessária para mitigar, de forma sustentável, factores negativos como o VE, o sobreendividamento, a corrupção, os desastres naturais e as pandemias e para aumentar a capacidade de alavancar a oportunidade única que as receitas extractivas esperadas apresentam.

III. ABORDAGEM ESTRATÉGICA

A RELAÇÃO DOS EUA COM O GOVERNO DE MOÇAMBIQUE

A assistência da USAID a Moçambique começou durante a década que se seguiu à independência em 1975, com respostas humanitárias a desastres naturais, incluindo ajuda alimentar de emergência durante os períodos de seca e fornecimento de bombas de água em resposta a um ciclone desastroso no início de 1984. A partir de 1989, no contexto das amplas reformas do Governo de Moçambique, o programa da USAID cresceu e passou a incluir novas actividades de reforma das políticas centradas na liberalização e privatização da produção agrícola e dos mercados alimentares.

Quando o Acordo de Paz de Moçambique de 1992, mediado pela Comunidade de Sant'Egídio, terminou 16 anos de guerra civil, a USAID iniciou um programa de transição guerra-para-paz, que continuou a responder às necessidades de emergência resultantes da guerra e da seca. A Missão também apoiou o processo de paz e a reintegração dos moçambicanos em actividades produtivas e económicas. Após as primeiras eleições democráticas da nação em 1994, a Missão começou a trabalhar com vista a aumentar o papel do sector privado no desenvolvimento da política económica e na melhoria do ambiente de comércio e investimento. Em resposta ao aumento dos níveis de prevalência do HIV/SIDA no início dos anos 2000, a USAID expandiu os programas de prevenção e cuidados do HIV/SIDA ao ponto de Moçambique ter agora um dos maiores programas PEPFAR do mundo.

Apesar dos acordos de paz e do progresso democrático intermitente nas duas últimas décadas, Moçambique continua a lutar para se separar do passado, conforme evidenciado por eleições marcadas por irregularidades e pela violência política recorrente. No entanto, o acordo de paz e o acordo associado sobre desarmamento, desmobilização e reintegração, assinado em Agosto de 2019, colocou um fim definitivo a anos de conflito armado GRM-Renamo, ora respeitado ora não. Só com o empenho contínuo e o apoio total da USAID, parceiros interagências e outros parceiros internacionais é que Moçambique poderá avançar para um país mais estável, democraticamente inclusivo e próspero rumo à auto-suficiência.

UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO PAÍS BENEFICIÁRIO

A Missão reconhece que o aproveitamento dos recursos do país beneficiário não é apenas um meio de alcançar os objectivos de assistência, mas também contribui directamente para o objectivo global da USAID de aumentar a auto-suficiência e eliminar a necessidade de assistência. Esta estratégia dará prioridade à utilização correcta dos recursos locais, determinada pela capacidade pública e privada em vários sectores, pelo risco técnico e fiduciário e pelas prioridades políticas do governo do país beneficiário. A Missão envolverá activamente o governo a todos os níveis e sectores por forma a melhorar a sua atenção às questões de igualdade de género e melhorar a participação e liderança das mulheres. Para promover a sua utilização dos recursos locais, a USAID/Moçambique pretende continuar a sua estratégia de financiamento directo de actividades de desenvolvimento implementadas pelo governo anfitrião (G2G). À medida que o GRM desenvolve a sua própria política de descentralização, a missão prevê um aumento do financiamento directo aos governos a nível provincial.

Tal como foi demonstrado no roteiro do AF de 2021, o GRM instituiu políticas de um modo geral sólidas, no entanto, a sua implementação é fraca. Para melhorar a execução de políticas e apoiar a responsabilização conjunta, o Acordo do Objectivo de Desenvolvimento (DOAG) em negociação para a implementação desta CDCS inclui disposições expressas que apelam à criação de um comité de gestão conjunto USAID-GRM como um fórum para a coordenação contínua da assistência da USAID com as iniciativas do governo beneficiário, discussões a nível político que afectam a assistência da USAID e resolução conjunta de quaisquer questões administrativas relacionadas com a implementação do programa. O orçamento

significativo do PEPFAR de que a Missão dispõe, bem como o mandato do OGAC para dar prioridade aos parceiros locais, também garante a utilização intensiva dos parceiros locais no sector da saúde.

A Missão está também a tomar medidas destinadas a alinhar a sua programação de desenvolvimento com as prioridades e sistemas do GRM, para que o governo possa assumir um maior papel de liderança nos projectos apoiados pela USAID. Isto inclui um processo claro para: acelerar a utilização de isenções fiscais pelos parceiros da USAID; participar activamente no comité de gestão conjunta acima referido; e cumprir as suas obrigações para com a USAID na qualidade de implementador das actividades do G2G.

ENVOLVER O SECTOR PRIVADO

Mesmo que o GRM, com o apoio da Missão, cumpra a promessa de uma cidadania mais saudável e mais instruída, se não houver crescimento do sector privado e sem oportunidades de emprego, os cidadãos cairão novamente nas mesmas armadilhas de pobreza que têm retido inúmeras gerações. A corrupção, a má implementação de políticas, indústrias e sectores ameaçados pela captura do Estado ou monopólio e o crescimento não-equitativo continuam a ser os principais constrangimentos ao investimento de base alargada. Embora estes desafios sejam assustadores, Moçambique tem uma oportunidade, única no continente africano, de capitalizar os seus próprios recursos, avançar para o estatuto de país de média renda e melhorar a vida de milhões dos seus cidadãos. Os recursos energéticos de classe mundial de Moçambique estão agora em desenvolvimento e as receitas fiscais provenientes dos projectos de gás poderão representar dezenas de biliões de dólares a partir do final da década de 2020. Moçambique possui igualmente um potencial agrícola significativo que continua por explorar, uma biodiversidade marinha e terrestre rara e recursos minerais e de carvão subdesenvolvidos. Dado o seu potencial único, as escolhas das autoridades moçambicanas nos próximos dez anos irão determinar significativamente a trajectória de desenvolvimento do país.

Com mais de 35 anos de experiência de desenvolvimento em Moçambique, a USAID fará parceria com o GRM, trazendo poder de convocação credível, redes nacionais robustas e conhecimentos técnicos especializados para reforçar ambientes favoráveis que permitam ajudar os moçambicanos a beneficiar do aumento dos investimentos em todos os sectores. A USAID aumentará as oportunidades equitativas das mulheres no sector privado e envolverá o sector privado para melhorar a igualdade de género. Para conseguir melhores resultados na saúde e educação, a USAID apoiará a participação do sector privado em cadeias de abastecimento de produtos de saúde, programação de tuberculose e distribuição de materiais educativos. Para os mais de 70 por cento dos moçambicanos cuja renda primária provém da agricultura, a USAID irá alavancar os recursos do sector privado com vista a aumentar as oportunidades económicas em vários sectores, mas especialmente na agricultura, com ênfase na criação de mais oportunidades para a juventude. Para aumentar a resiliência das populações particularmente vulneráveis no Norte de Moçambique, a USAID fará uma parceria com o sector privado para enfrentar as vulnerabilidades e, sempre que for necessário, desenvolver soluções inovadoras, sustentáveis e baseadas no mercado.

PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL

Uma sociedade civil forte e vibrante é essencial para encorajar uma maior transparência e responsabilização do GRM. Apesar do significado dos seus papéis, as organizações da sociedade civil (OSC) continuam a enfrentar desafios relacionados com o registo, processos, taxas e sustentabilidade financeira. A perseguição e a segurança das OSC são também preocupações constantes. Por exemplo, as eleições de 2019 foram marcadas pelo assassinato do director de uma OSC, que foi morto por membros de uma força de segurança de elite. No entanto, as OSC têm tido algum sucesso. Por exemplo, após o escândalo das dívidas ocultas se ter tornado público em 2016, as OSC ajudaram, e continuam a ajudar, a manter a atenção nacional e

internacional centrada nesta questão, incitando os esforços moçambicanos no sentido de responsabilizar os envolvidos. Após os ciclones Idai e Kenneth terem devastado cidades e vilas nas regiões centro e norte, os esforços conjuntos do governo, OSC e parceiros de desenvolvimento resultaram no fornecimento de água de emergência, alimentos e cuidados de saúde a mais de dois milhões de moçambicanos afectados pelo ciclone.

O apoio da USAID às OSC continua a ser fundamental, e a estratégia basear-se-á na sua longa história de apoio às OSC em fazerem uma advocacia de forma mais estratégica, na implementação de actividades de saúde e educação, na observação de eleições internas e na melhoria das capacidades organizacionais. Especificamente, a Missão planeia estabelecer parcerias com OSC para promover mais eficazmente e influenciar uma governação económica mais transparente, responsável e inclusiva. A programação procurará também trabalhar com as OSC lideradas ou que representam mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis, por forma a aumentar a segurança alimentar, melhorar as práticas de WASH adequadas ao género, combater a VBG e aumentar a gestão dos recursos naturais.

ESFORÇOS DE OUTROS ACTORES DOS ESTADOS UNIDOS

Com uma aposta de peso em Moçambique, o envolvimento e o apoio de toda a equipa do USG é essencial para o sucesso. A colaboração entre agências é particularmente notória na área da saúde do país. Os Centros de Controlo e Prevenção de Doenças (CDC) estabeleceram um escritório em Moçambique em 2000, com um foco inicial na prevenção da transmissão vertical de mãe para filho do HIV, ao abrigo da Iniciativa LIFE. O lançamento do PEPFAR em 2004 e a Iniciativa do Presidente dos EUA contra a Malária (PMI) em 2005 alargaram o apoio do CDC. Nesta estratégia, o CDC continuará a trabalhar em estreita colaboração com a USAID para combater o HIV, tuberculose, malária e gripe, bem como para reforçar a sua capacidade laboratorial, de vigilância e de força de trabalho para responder aos surtos de doenças.

Para além da colaboração no sector da saúde, a Missão colaborará com parceiros interagências – tais como os Departamentos de Estado e Comércio – para capitalizar no *Quadro Prosper África* interagências. Conforme salientado no seu discurso de lançamento da Prosper África na Conferência do Conselho Empresarial sobre África de 2019 em Maputo, o então administrador Mark Green enfatizou, “*A Prosper África reúne, harmoniza e aproveita as nossas ferramentas de ajuda externa com o intuito de promover a estabilidade e a boa governação, assim como um ambiente favorável às empresas*”. A nova abordagem já está a produzir frutos, tal como se reflecte na aprovação, pelo EXIM Bank, de um empréstimo directo de até 5 mil milhões de dólares para apoiar a exportação de bens e serviços dos EUA para o desenvolvimento e construção do projecto de gás natural localizado no Norte de Moçambique. A Development Finance Corporation (DFC) dos EUA aprovou um empréstimo de até \$200 milhões de dólares para a Central de Geração de Electricidade de Temane e concordou em fornecer até \$1,5 mil milhões em seguros de risco político para apoiar a comercialização de reservas de gás natural na Bacia do Rovuma em Moçambique. Além disso, a equipa completa do USG – incluindo a USAID, o Estado, o DoD e o DEA – está empenhada em combater o extremismo violento no norte de Moçambique, apoiando a aplicação da lei, melhorando as comunicações estratégicas e apresentando programas de desenvolvimento socioeconómico.

Em 2019, o Conselho de Administração da Millennium Challenge Corporation (MCC) seleccionou Moçambique para o lançamento de um segundo compacto. Moçambique concluiu, com sucesso, o seu primeiro compacto da MCC em 2013 e demonstrou recentemente uma melhoria política encorajadora na Pontuação da MCC. O novo compacto basear-se-á no compromisso contínuo do país para com a reforma económica e a sua relação anterior com a MCC. Neste período estratégico, a USAID trabalhará com a MCC no apoio ao progresso contínuo de Moçambique nas áreas de desenvolvimento económico, governação, e reforma democrática.

FINANCIAMENTO DA AUTO-SUFICIÊNCIA

A capacidade de Moçambique para eventualmente financiar o seu próprio desenvolvimento é fulcral para esta estratégia. Um aspecto importante para Moçambique, é fundamental que com as receitas previstas provenientes do sector extractivo, o governo melhore a eficiência da despesa, a governação económica transparente e a redução da dívida. Infelizmente, a pandemia da COVID-19 atingiu Moçambique num momento fraco da sua história económica, uma vez que o país tentou responder a três grandes choques: a crise das dívidas ocultas; os efeitos devastadores dos ciclones Idai e Kenneth; e a expansão expressiva do extremismo violento em toda a metade norte de Cabo Delgado. Os principais desafios do país incluem a manutenção da estabilidade macroeconómica – considerando a exposição às oscilações dos preços das mercadorias – e o restabelecimento da confiança através de uma melhor governação económica e de uma maior transparência, incluindo o tratamento transparente da investigação das dívidas ocultas. Além disso, são necessárias reformas estruturais para apoiar o sector privado, que actualmente se debate com dificuldades.

A USAID irá basear-se em vários sucessos que apoiam o aumento das receitas e a governação responsável, incluindo a criação da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), juntamente com o lançamento da Prosper África, que incluiu a assinatura de um memorando de entendimento entre o Departamento do Comércio dos EUA e o Ministério da Economia e Finanças de Moçambique, como meio de impulsionar o comércio nos dois sentidos. Em particular, a USAID irá melhorar os sistemas de prestação de serviços governamentais de saúde e educação para mobilizar, afectar e gastar recursos públicos de forma eficaz, eficiente, equitativa e com responsabilidade. Esta estratégia irá também reforçar a capacidade e o empenho das principais entidades do GRM em criar as condições para gerir, de forma democrática e transparente, o aumento previsto das receitas provenientes do sector extractivo. A USAID também reforçará a capacidade de resistência a choques e tensões que ameaçam minar a economia e desviar o financiamento do desenvolvimento pelo GRM necessário para responder a crises humanitárias.

PREPARAÇÃO DE CENÁRIOS

Durante o desenvolvimento desta estratégia, tornou-se claro que várias incógnitas – tais como o atraso nas receitas do GNL, a expansão do extremismo violento no norte e o retrocesso democrático – poderiam ter grandes impactos na implementação bem-sucedida da estratégia. Como resultado, a Missão escolheu o planeamento baseado em cenários como ferramenta para ajudar a avaliar várias possibilidades e potenciais respostas de adaptação. Para além de incógnitas no futuro, Moçambique continua a ajustar a estratégia em tempo real a uma nova realidade da COVID-19, o que, infelizmente, inclui o rápido aumento do número de casos, a diminuição da actividade económica, a redução da procura de mercadorias e uma grande diminuição no crescimento previsto do PIB.

A fim de planear vários cenários, a Missão contratou peritos do PPL e do mecanismo de monitorização, avaliação e aprendizagem da Missão para facilitar as discussões entre as equipas do DO. Considerando as dimensões económica, política, de conflito e social, estes peritos facilitaram várias discussões em torno dos piores e melhores cenários, incluindo ideias de possíveis respostas. A intenção não era prever o futuro, mas sim testar como a CDCS poderia expandir-se, contrair e mudar em relação a contextos em mudança. A Missão utilizará esta ferramenta como um guia para possíveis adaptações durante vários momentos de pausa e reflexão durante o período da estratégia, incluindo revisões programáticas, revisões trimestrais de dados, balanço da CDCS e outros eventos de aprendizagem.

IV. QUADRO DE RESULTADOS

DECLARAÇÃO DE OBJECTIVOS E NARRATIVA

A USAID está bem posicionada para ajudar Moçambique a preparar-se para capitalizar as receitas dos recursos, ao mesmo tempo que se baseia nos seus investimentos anteriores para enfrentar as condições fundamentais para a auto-suficiência. O objectivo da USAID para a CDCS 2020-2025 é apoiar e ajudar a moldar um Moçambique resiliente, preparado para o futuro. Desde a independência, Moçambique sobreviveu a mais do que a sua quota-parte de choques: secas, cheias, ciclones, conflitos, extremismo violento, desigualdade de renda, educação de fraca qualidade e epidemias. No entanto, o progresso na J2SR requer mais do que a sobrevivência. Exige resiliência, a capacidade mais forte de recuperação. Esta estratégia procura reforçar a resiliência global de Moçambique, investindo em pessoas, agregados familiares, comunidades e sistemas equitativos em termos de género para melhor gerir as vulnerabilidades e adaptar-se aos choques inevitáveis. Só então Moçambique poderá começar a libertar-se da sua dependência da ajuda humanitária e ajuda ao desenvolvimento externas. A USAID promoverá um Moçambique pacífico, próspero e saudável, onde os cidadãos beneficiarão de maiores investimentos. A USAID/Moçambique atingirá este objectivo através de três DO, que dão prioridade à fortificação dos elementos fundamentais necessários para o avanço da auto-suficiência de Moçambique: 1) moçambicanos mais saudáveis e com melhor educação, especialmente os jovens e vulneráveis; 2) crescimento económico diversificado e inclusivo; e 3) maior resiliência das populações vulneráveis aos principais choques. As nossas relações, conhecimentos técnicos e poder de convocação colocam-nos numa forte posição de parceria com o GRM, o sector privado, as OSC e outros doadores para alcançar estes objectivos.

OBJECTIVO DE DESENVOLVIMENTO I: MOÇAMBICANOS MAIS SAUDÁVEIS E COM MELHOR EDUCAÇÃO, ESPECIALMENTE OS JOVENS E VULNERÁVEIS

HIPÓTESE DE DESENVOLVIMENTO

Se a USAID melhorar a qualidade e a utilização dos serviços sectoriais, fortalecendo ao mesmo tempo os sistemas, e se o GRM, as comunidades, o sector privado e a sociedade civil investirem e participarem em actividades de saúde e educação, **então** os esforços da USAID resultarão em moçambicanos mais saudáveis e com melhor educação, criando um Moçambique mais próspero e auto-suficiente.

NARRATIVA DE DESENVOLVIMENTO

Embora não seja simples, a ligação entre a educação e a saúde é indissociável. Uma saúde precária está fortemente correlacionada com um baixo nível de instrução. A saúde precária também causa muitas vezes retrocessos na educação e interfere com a continuação da escolaridade. Em suma, as condições de saúde, deficiências e comportamentos pouco saudáveis podem afectar e ser afectados por resultados educacionais. A investigação relacionou a educação da rapariga com: reduções na mortalidade infantil e materna; melhor nutrição e saúde infantil; taxas de natalidade mais baixas; maior produtividade económica e crescimento; e protecção das raparigas contra o HIV/SIDA, abuso e exploração. Além do acima exposto, os sectores da educação e da saúde em Moçambique enfrentam muitas questões semelhantes de qualidade de serviços, desafios de acesso e limitações dos sistemas, nomeadamente nas áreas de financiamento, planeamento e recursos humanos e materiais. A ligação indissociável entre os resultados pretendidos nos sectores da saúde e da educação está subjacente à decisão da Missão de formar este DO integrado. Moçambicanos mais saudáveis e com melhores níveis de instrução contribuirão melhor para uma força de trabalho mais produtiva e para uma cidadania mais capacitada. Crianças e jovens mais saudáveis terão sucesso na

aprendizagem, com maior capacidade analítica, tornando-se adultos mais produtivos, mais capazes de beneficiar de oportunidades de emprego e subsistência. Quando as raparigas permanecem na escola, são menos vulneráveis aos riscos do casamento prematuro e da gravidez precoce e têm maior probabilidade de se tornarem líderes activos na sociedade. A educação em Moçambique pode desempenhar um papel fundamental na revitalização do país, uma vez que a escolarização sustenta o crescimento económico e a escolarização efectiva está associada a salários mais elevados, maior participação política e conduz a escolhas de vida mais saudáveis. Esta estratégia assentará em melhorias notáveis na mortalidade de menores de cinco anos, conseguidas ao longo dos últimos 20 anos. Além disso, a programação reduzirá as mortes por malária, HIV, TB, causas maternas e COVID. Estes avanços irão contribuir substancialmente para o desenvolvimento global de Moçambique como nação. Um aspecto importante é que ao investir em pessoas, agregados familiares, comunidades e sistemas para melhor gerir as vulnerabilidades e adaptar-se aos choques inevitáveis nas áreas críticas da saúde e educação, este DO contribuirá para o objectivo da estratégia de reforçar a resiliência global de Moçambique.

JORNADA PARA A AUTO-SUFICIÊNCIA

As baixas pontuações do Roteiro de Moçambique em matéria de governação aberta e responsável e de capacidade dos cidadãos são preocupantes. Em particular, a pontuação de Moçambique está muito abaixo da média na dimensão de governo aberto, o que reflecte uma gestão financeira e programática opaca e riscos crescentes de práticas de corrupção na prestação de serviços. Além disso, todas as dimensões da capacidade dos cidadãos são classificadas como baixas, reflectindo a má qualidade do ensino, os elevados níveis de mortalidade infantil e o acesso limitado às infra-estruturas de água, saneamento e higiene. Em resposta a este desafio, a USAID apoiará e incentivará várias dimensões de compromisso, melhorando os dados da cadeia de abastecimento, apoiando a gestão dos recursos humanos e promovendo uma maior responsabilização e fiscalização comunitária. A programação também irá reforçar a capacidade dos cidadãos, melhorando a governação escolar, apoiando os cuidados pré-natais, aumentando o acesso ao planeamento familiar, reduzindo as desigualdades de género e melhorando a actuação das mulheres, e influenciando positivamente os comportamentos em relação à água, saneamento e higiene.

A Missão também se baseará em esforços anteriores com vista a reforçar o ambiente favorável ao sector privado, bem como para aumentar o envolvimento do sector privado na prestação de cuidados de saúde e na entrega de produtos de base. Com efeito, a Missão acrescentou recentemente um promotor de alianças do sector privado (FSO), cujo trabalho a tempo inteiro consiste em reforçar a participação do sector privado em todos os DO e ajudar o pessoal da Missão a estabelecer uma parceria mais eficaz com o sector privado. O envolvimento do sector privado na educação ocorrerá através de acções de responsabilidade social empresarial, tais como a construção de escolas e o fornecimento de materiais. Ao abrigo do DO 1, a USAID procurará também maximizar o investimento do sector privado e as parcerias público-privadas (PPP) para ajudar a preencher lacunas de recursos críticos na saúde e educação, identificando e atendendo a factores que limitam a participação do sector privado. A Missão irá aumentar o acesso do sector privado aos instrumentos de financiamento, incentivos, dados de mercado, assim como emprego e pesquisa do mercado de trabalho. A programação também promoverá parcerias académico-empresariais e melhorará os esquemas nascentes de seguros e de pagamento de saúde. Outros desafios que a USAID irá trabalhar para enfrentar, em parceria com os sectores público e privado, são os seguintes: leis e regulamentos que excluem, em grande medida, as farmácias da prestação de serviços de saúde; falta de incentivos financeiros adequados para promover parcerias com a indústria e investimento em materiais e infra-estruturas educacionais; e melhoria dos serviços de saúde e educacionais.

Através de uma estreita colaboração com o GRM, a Missão continua a trabalhar no sentido de redefinir a sua relação. Efectivamente, a USAID é vista neste momento pelo GRM como um parceiro em pé de igualdade no desenvolvimento de políticas de saúde e educação, conforme demonstrado por uma mudança

de política apoiada pelo USG, visando aprovar a distribuição durante vários meses de medicamentos contra o HIV, o que constituiu uma linha de acção crucial necessária para melhorar a retenção do HIV e reduzir o peso sobre as unidades sanitárias. Outros aspectos da nossa relação são mais desafiantes, mas ainda apresentam oportunidades. Por exemplo, o processo de descentralização do GRM parece ter promovido um maior controlo a nível nacional dos serviços provinciais de saúde e educação, incluindo orçamentos, fragmentando as responsabilidades, em vez de descentralizar eficazmente as funções e o financiamento. A falta de clareza relativamente a estas mudanças atrasou os esforços da Missão para finalizar os acordos G2G com as províncias em matéria de saúde. A USAID trabalhará directamente com o GRM com vista a clarificar as responsabilidades a nível provincial para apoiar uma prestação de serviços eficaz, eficiente e com capacidade de resposta.

Como se pode ver em muitos países em desenvolvimento, a simples recolha de grandes somas de *taxas* provenientes do sector extractivo não colocará necessariamente Moçambique no caminho da auto-suficiência. Moçambique precisará de sistemas e salvaguardas para assegurar a transparência e a responsabilização governamentais e para se preparar para uma maior iniciativa e capital privados. Para Moçambique, onde os níveis da dívida ultrapassam o PIB e as receitas do GNL podem estar a dez anos de distância, será fundamental uma maior eficiência na despesa pública com a saúde e a educação. A programação tanto na saúde como na educação irá combater as fontes de risco, melhorar a gestão da receita e incentivar o sector privado a ajudar a preencher as lacunas das empresas estatais que apresentam um fraco desempenho. Com o serviço da dívida em empréstimos no valor de biliões de dólares a desviar recursos financeiros significativos, os riscos de um sobreendividamento contínuo e contracções económicas iminentes ameaçam a capacidade do país de avançar com a sua própria visão de auto-suficiência. Em resposta, a Missão irá aumentar significativamente as parcerias com instituições locais, investir em infra-estruturas estratégicas destinadas a aumentar o acesso a escolas e clínicas rurais e promover uma gestão financeira transparente e responsável, a fim de garantir que os governos locais fomentem a confiança pública e prestem serviços que respondam aos anseios dos seus cidadãos.

ALINHAMENTO COM AS PRIORIDADES DO GOVERNO MOÇAMBICANO

O apoio que este DO dará a Moçambique está alinhado com a estratégia de dez anos do Ministério da Saúde e o esboço do *Plano Estratégico Decenal do Sector da Educação*⁷ do Ministério da Educação. Ambos os ministérios têm estratégias de género com fortes intervenções de VBG. Este apoio está também alinhado com a prioridade mais abrangente do GRM de desenvolver o capital humano e a justiça social, aumentando a prestação de serviços de qualidade, tais como a saúde e educação. Todos os anos, a USAID trabalha com as contrapartes do GRM para definir prioridades no *Plano Estratégico Nacional anual do Sector da Saúde* e nos planos anuais a nível provincial, garantindo um alinhamento contínuo. As abordagens técnicas, alinhadas com a política governamental nas estratégias do GRM, combinam as melhores práticas globais e as abordagens da USAID. Por exemplo, os esforços de controlo da malária, que contam com o apoio da PMI, são coordenados com o Programa Nacional de Controlo da Malária e as prioridades do PEPFAR para introduzir melhores regimes de ARV como parte da política do GRM. Na educação, a USAID tenciona investir no Fundo de Apoio ao Sector da Educação, uma conta de vários doadores no valor de 100 milhões de dólares. A nossa participação nas reuniões do Fundo já aumentou o compromisso dos parceiros do sector no sentido de melhorar os resultados da aprendizagem e melhorar a governação escolar para o ensino primário em todo o país. Intercâmbios técnicos frequentes e a presença de conselheiros técnicos financiados pela USAID em gabinetes das suas contrapartes promovem um maior alinhamento.

Pressupostos	Riscos
--------------	--------

⁷ Plano Estratégico da Educação do Ministério da Educação de Moçambique para 2020-2029, p. 97
Aprovado para Publicação

<ul style="list-style-type: none"> • Serão adoptadas e implementadas abordagens eficazes destinadas a fazer face aos efeitos da COVID-19 e a mitigar os efeitos de outros choques a médio e longo prazos. • O GRM continuará a estimular parcerias do sector privado para melhorar as áreas de cobertura de serviços básicos e reduzir as disparidades socioeconómicas. • O GRM continuará o seu actual empenho na reforma curricular e no ensino da alfabetização nas línguas locais nas primeiras classes do ensino primário. • A descentralização política e a governação local capacitarão as comunidades e organizações locais a criar modelos de desenvolvimento local em conjunto. • Serão formados e retidos recursos humanos qualificados suficientes para os dois sectores. • Existe vontade política e recursos para manter e melhorar os sistemas de saúde e educação. 	<ul style="list-style-type: none"> • As pandemias, as mudanças climáticas e outros choques têm impacto nas finanças do GRM e nos ganhos de desenvolvimento. • A falta de acesso ao financiamento constitui um sério constrangimento para o sector privado. • Sistema financeiro subdesenvolvido, infra-estruturas deficientes e custos operacionais elevados. • Corrupção a nível nacional, provincial e distrital. • Grande dependência dos doadores para financiamento nos sectores social e de saúde e educação básicos. • Incapacidade de envolver plenamente e capacitar mulheres e jovens no tratamento de questões como a violência baseada no género. • As preocupações contínuas com a segurança têm impacto na prestação de serviços básicos em algumas províncias. • Os grupos mais vulneráveis, tais como as raparigas, são os últimos a regressar à escola após a ocorrência de eventos climáticos extremos.
--	---

IR 1.1: MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO

VISÃO GERAL DO IR

Existe um reconhecimento cada vez maior por parte do GRM de que o acesso aos serviços não é suficiente para melhorar os resultados. A prestação de serviços de saúde e educação de qualidade em Moçambique exige a prestação de: cuidados médicos adequados e sensíveis ao género que o paciente necessita, quando o paciente necessita; e a educação que permitirá que rapazes e raparigas moçambicanos tenham as mesmas oportunidades de prosperar e se tornem cidadãos moçambicanos produtivos. Estes dois serviços devem ser prestados de forma acessível, segura e eficaz. Apesar dos esforços de longa data da Missão em áreas como o planeamento familiar, saúde reprodutiva, saúde materna e infantil, testagem, cuidados e tratamento do HIV/TB/Malária e ensino primário, a qualidade actual dos serviços de saúde e educação de Moçambique continuam a necessitar de melhorias. Em resposta, a Missão melhorará a qualidade dos serviços de saúde e educação, garantindo que as crianças, jovens, mulheres e outros grupos vulneráveis beneficiem de serviços de qualidade, adequados e adaptados às suas necessidades – e que as comunidades estejam habilitadas para exigir serviços de qualidade. A obtenção deste resultado exigirá uma compreensão profunda das barreiras à utilização dos serviços. Se os serviços forem de boa qualidade, adaptados para satisfazer as necessidades das pessoas e disponíveis de forma consistente, então os grupos vulneráveis, incluindo mulheres e jovens, terão a oportunidade de melhorar a sua saúde e o seu aproveitamento escolar. Para obter o IR 1.1, a Missão trabalhará com instituições de formação da saúde e da educação com o intuito de desenvolver e melhorar as competências e comportamentos do pessoal de prestação de serviços, incluindo a capacidade dos professores e profissionais de saúde para fornecer serviços adequados e sensíveis ao género. A Missão esforçar-se-á por melhorar a prontidão das unidades sanitárias na prestação de serviços de qualidade aos beneficiários. A USAID espera não só melhorar as competências técnicas e pedagógicas, mas também as competências transversais, o aconselhamento e os padrões éticos do pessoal, bem como a liderança a todos os níveis. A formação, por si só, é insuficiente; supervisão de apoio, mentoria, workshops que versem valores e iniciativas de melhoria da qualidade estão entre as técnicas que a Missão planeia empregar.

A nível da comunidade, a USAID trabalhará com os cidadãos para responsabilizar os provedores. Na saúde, a USAID irá fortalecer a capacidade dos agentes polivalentes elementares, que estão a desempenhar um papel fundamental na melhoria da saúde das comunidades e das famílias. Para ajudar a monitorizar os provedores de serviços públicos, a USAID encorajará a utilização de cartões de pontuação comunitários, bem como grupos liderados pela comunidade, tais como os comités de saúde e clubes de raparigas. Na educação, a USAID continuará a colaborar com a Parceria Global para a Educação com vista a partilhar as lições aprendidas, reforçar a qualidade da formação, orientação e apoio a professores em exercício, directores das escolas e directores pedagógicos das escolas e a melhorar a gestão e administração escolar. A USAID irá também promover a formação de comités de escolas liderados pela comunidade.

A melhoria da qualidade dos serviços incluirá uma série de abordagens: formação de provedores para tratar e aconselhar adequadamente os adolescentes; abordagem das crenças culturais sobre a maternidade, retardando assim a gravidez e prevenindo a infecção pelo HIV; melhoria do sistema de transporte de amostras para reduzir o tempo entre o teste e o tratamento de pacientes com TB, aumentando assim a probabilidade de os pacientes com TB iniciarem e terminarem o tratamento; e melhoria da gestão das unidades, por exemplo, alterando as horas de serviço e garantindo espaços privados para os clientes, sempre que for apropriado.

LIGAÇÕES ÀS POLÍTICAS E PRIORIDADES DO GOVERNO MOÇAMBICANO

Tanto as estratégias do Ministério da Educação como as do Ministério da Saúde destacam o enfoque na prestação de serviços de qualidade. No Plano *Estratégico da Educação do Ministério da Educação para 2020-2029*, o segundo objectivo estratégico é “garantir a qualidade da aprendizagem”, o que apoia a sua missão de implementar um sistema educativo nacional inclusivo, equitativo, eficiente, eficaz e inovador, capaz de garantir uma aprendizagem de qualidade durante toda a vida. O *Plano Estratégico do Ministério da Saúde para 2014-2019* inclui como seu segundo objectivo: “melhorar a qualidade e a capacidade de resposta” em apoio à sua missão de liderar a geração e a prestação de mais e melhores serviços básicos de saúde. Cada um destes ministérios possui uma estratégia de género sólida que se centra na redução das barreiras à educação da rapariga e aos serviços de saúde que estão directamente ligados à estratégia nacional de género. Ambos os ministérios participam no grupo de coordenação de género, que é liderado pelo Ministério do Género, Criança e Acção Social.

PARCEIROS ESTRATÉGICOS

A maioria dos actores do desenvolvimento nos sectores da saúde e da educação em Moçambique estão alinhados com a abordagem da USAID de melhorar a qualidade com uma visão final de maior auto-suficiência. O Reino Unido, Irlanda, Finlândia e Canadá, entre outros, trabalham na saúde e na educação, e coordenam esforços através do Grupo de Parceiros da Saúde, do Grupo de Parceiros da Educação e da Parceria Global para a Educação em Moçambique, bem como em reuniões individuais. A Missão beneficiará de várias oportunidades de parceria de doadores, incluindo o co-financiamento do fundo de apoio ao sector da educação de Moçambique, que reflecte os objectivos comuns do Canadá, Finlândia, Alemanha, Irlanda, UNICEF e Banco Mundial de melhorar o acesso ao ensino bilingue e reduzir o absentismo dos professores. A Missão continuará a identificar oportunidades de trabalho com organizações locais importantes, de forma a incluir ONGs e organizações de investigação e universitárias.

IR 1.2: MAIOR UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO, CENTRADA NOS JOVENS E NO GÉNERO

VISÃO GERAL DO IR

Um grande conjunto de evidências confirma que muitos moçambicanos não usufruem de cuidados de saúde e não frequentam a escola, apesar da disponibilidade destes serviços. Enquanto o IR 1.1 aborda o lado da oferta, ou a disponibilidade de cuidados de saúde e educação eficazes, o IR 1.2 tratará do lado da procura, debruçando-se sobre as barreiras que limitam a utilização das unidades sanitárias e escolas.

Ao abrigo do IR 1.2, a USAID apoiará uma maior utilização dos serviços de saúde e educação, com um grande foco em abranger os jovens e incorporar considerações de género. Para estabelecer uma base sólida para as crianças, jovens, mulheres e outros grupos vulneráveis, a USAID irá aumentar as oportunidades de acesso equitativo e utilização de serviços de qualidade adequados à idade. A USAID irá trabalhar com as comunidades para atender a questões ligadas às normas sociais, culturais e de género que impedem o acesso, e também com o GRM e outros intervenientes para combater outras barreiras. As actividades funcionarão em todo o quadro sócio-emocional, reconhecendo que os comportamentos saudáveis são influenciados não só pelo conhecimento individual, atitudes e auto-eficácia, mas também por factores ao nível da relação pessoal, da comunidade e da sociedade, tais como actuação, comunicações e normas. A USAID vê abordagens eficazes e transformadoras de género e da juventude como elementos essenciais, não apenas em programas de saúde e educação, mas em todo a CDCS.

Nos termos deste IR, a USAID irá expandir programas, tais como o DREAMS - Determined, Resilient, Empowered, AIDS-free, Mentored, and Safe (Determinado, Resiliente, Capacitado, Livre do SIDA, Orientado, Seguro), que abordam normas culturais e sociais prejudiciais e fornecem um modelo para a promoção alargada de normas positivas, permitindo a adopção de hábitos e comportamentos importantes para a boa saúde e aprendizagem entre as mulheres jovens em risco de contrair o HIV. Outros exemplos de abordagens que irão melhorar o acesso e aumentar a adopção de comportamentos positivos são os seguintes: campanhas que promovem o distanciamento social, o uso de máscaras e a adopção de hábitos de higiene apropriados para reduzir as infecções COVID-19; proporcionar o acesso a medicamentos ARV através de farmácias privadas ou da expansão de intervenções ligadas ao HIV no local de trabalho; utilizar os conhecimentos de agências de marketing do sector privado para criar mensagens personalizadas de prevenção e tratamento do HIV que atraiam os jovens do sexo masculino, os factores-chave da epidemia em Moçambique; e envolver os líderes comunitários na abordagem de normas enraizadas e prejudiciais que afectam negativamente as mulheres jovens. A violência baseada no género, incluindo o casamento prematuro forçado, é um problema generalizado em Moçambique, causando um impacto negativo em muitas áreas, nomeadamente na prevenção e tratamento do HIV e na conclusão do ensino primário e secundário por parte das raparigas. Crenças arraigadas sobre raparigas e mulheres ameaçam a realização dos três IRs e podem comprometer quaisquer possibilidades de alcançar resultados de serviços de saúde de qualidade, resultados educacionais, ou de aumentar a confiança no governo, sociedade civil, ou fornecedores do sector privado. Por essa razão, os esforços para abordar estas questões serão cruciais para o sucesso global.

LIGAÇÕES ÀS POLÍTICAS E PRIORIDADES DO GOVERNO MOÇAMBICANO

A programação da USAID reflecte o primeiro objectivo do *Plano Estratégico da Educação do Ministério da Educação*, que é o de “garantir a inclusão e equidade no acesso, participação e retenção”. Este objectivo inclui uma ênfase em ambientes escolares que sejam seguros, favoráveis à aprendizagem, sensíveis ao género e protectores dos direitos das crianças. O *Plano Estratégico do Ministério da Saúde* inclui também, no seu primeiro objectivo, uma directiva para “aumentar o acesso e a utilização”, que está alinhada e reflecte a programação do IR 1.2.

PARCEIROS ESTRATÉGICOS

Os parceiros estratégicos incluem os Ministérios da Saúde e da Educação, assim como o Ministério do Género, Criança e Acção Social. O foco da Missão também incidirá no desenvolvimento de parcerias com instituições locais e com o sector privado e irá potenciar recursos de fundações destinados a melhorar a saúde e a educação de grupos vulneráveis.

IR 1.3: SISTEMAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO RESILIENTES FORTALECIDOS

VISÃO GERAL DO IR

À medida que Moçambique avança na sua J2SR, é importante que a USAID capacite o GRM, a sociedade civil e o sector privado para efectivamente planificar, gerir e liderar recursos, programas e sistemas dos sectores da saúde e educação. Sistemas mais eficazes, com capacidade de resposta, sensíveis ao género e resilientes garantirão serviços fiáveis que todos os moçambicanos, mas particularmente os grupos vulneráveis como as mulheres, jovens e populações-chave do HIV, necessitam para prosperar. A USAID utilizará abordagens inovadoras, melhorando os dados da cadeia de abastecimento para promover a disponibilidade de produtos essenciais e apoiando a gestão e a retenção de recursos humanos, a implementação de políticas sensíveis ao género e a utilização de dados para a tomada de decisões. Ao apoiar estes sistemas e políticas de base, a USAID contribuirá para um ambiente propício que priorize a qualidade, os cuidados e serviços centrados no cliente e no género a todos os níveis. A USAID irá também melhorar a qualidade das infra-estruturas, atender às preocupações relacionadas com o género, facilitar o envolvimento do sector privado e contribuir para a redução de práticas corruptas na prestação de serviços em ambos os sectores, promovendo uma maior responsabilização e fiscalização comunitária. Ao dar prioridade à apropriação nacional e à colaboração com parceiros locais, a USAID melhorará a resiliência e a capacidade de auto-suficiência nos sectores da saúde e da educação.

Sistemas de saúde resilientes são cruciais para a capacidade de Moçambique responder mais rapidamente à eclosão de uma doença como a COVID-19. A programação apoiará o fornecimento e análise oportuna de dados para informar as decisões, a implementação eficaz das políticas e a melhoria da eficiência nas cadeias de abastecimento para levar produtos que salvam vidas às pessoas que deles necessitam. Além disso, com o apoio da USAID, o pessoal bem treinado em prevenção, tratamento, triagem de infeções e outros procedimentos-chave relacionados estará melhor preparado para combater a COVID ou outros surtos de doenças. Os sistemas de educação resilientes estarão melhor preparados para se adaptarem a crises e mais capazes de utilizar modalidades relevantes para chegar até às mulheres, crianças e outras populações vulneráveis. Durante a implementação da estratégia, a USAID continuará a monitorizar a COVID e outros choques e ajustar-se-á de acordo com a evolução da situação.

LIGAÇÕES ÀS POLÍTICAS E PRIORIDADES DO GOVERNO MOÇAMBICANO

A programação da USAID ao abrigo deste IR está directamente alinhada com os objectivos seis e sete do Plano Estratégico do Ministério da Saúde, nomeadamente, “aumentar a transparência e a responsabilização” e “reforçar o sistema de saúde”, respectivamente. O terceiro objectivo do Plano Estratégico do Ministério da Educação procura ainda “garantir uma governação transparente, participativa, eficiente e eficaz”, o que também está alinhado com a programação do IR 1.3. Os dois ministérios têm uma estratégia de inclusão e de igualdade de género, a qual dá prioridade ao género no planeamento de intervenções, orçamentação, recursos humanos e melhoria dos serviços aos clientes.

PARCEIROS ESTRATÉGICOS

Os parceiros estratégicos deverão incluir os governos provinciais, com assistência directa do G2G destinada a melhorar a gestão financeira, a responsabilização programática e a prestação de serviços. Ao abrigo deste IR, a USAID também estabelecerá parcerias directas com entidades do sector privado para ajudar o governo a concentrar-se nas suas competências centrais.

OBJECTIVO DE DESENVOLVIMENTO 2: CRESCIMENTO ECONÓMICO DIVERSIFICADO E INCLUSIVO

HIPÓTESE DE DESENVOLVIMENTO

Se os processos democráticos e as instituições de governação económica forem reforçados, o ambiente favorável aos negócios for melhorado e a rentabilidade das empresas agrícolas e outras empresas visadas for aumentada; **então** Moçambique terá maior capacidade de alavancar a rentabilidade dos sectores extractivo e agrícola para aumentar os rendimentos e criar postos de trabalho que conduzirão a um crescimento económico mais diversificado e inclusivo.

NARRATIVA DO DESENVOLVIMENTO

Apesar dos desafios significativos ao desenvolvimento, Moçambique dispõe de uma oportunidade para transformar a sua economia e avançar para o estatuto de país de média renda. Segundo o FMI, as receitas do gás poderão representar mais de 50% do total das receitas do governo até à próxima década. Utilizando o seu objectivo de crescimento económico diversificado e inclusivo, a Missão contribuirá para a melhoria do ambiente de negócios através de uma maior responsabilização do governo perante os cidadãos e de um maior diálogo entre os intervenientes. A programação da Missão irá ainda promover a importância do Estado de direito, transparência e envolvimento cívico, como pré-requisitos para a capacidade de Moçambique financiar a auto-suficiência a vários níveis do governo. A USAID/Moçambique apoiará o investimento em meios de subsistência rurais baseados na agricultura e investirá nas mulheres e no empreendedorismo dos jovens e no empoderamento económico, o que é fundamental para reduzir as desigualdades sociais existentes há longa data. Os esforços da USAID em apoio ao desenvolvimento de um ambiente político mais favorável e o compromisso do governo em gerir de forma eficaz e transparente os recursos públicos aumentariam drasticamente a probabilidade de crescimento económico diversificado e inclusivo. Por outro lado, alargar e reforçar o acesso das mulheres aos recursos produtivos e mercados; eliminar barreiras regulamentares, legais, políticas e culturais; e investir nas oportunidades económicas das mulheres são factores que contribuirão para acelerar o crescimento económico de Moçambique. Este crescimento inclusivo contribuirá para o objectivo estratégico da USAID de promover um Moçambique pacífico, próspero e saudável, onde os cidadãos beneficiem de maiores investimentos. Além disso, ao investir em pessoas, agregados familiares, comunidades e sistemas para melhor gerir as vulnerabilidades e adaptar-se a choques inevitáveis nas áreas críticas do crescimento económico e governação democrática, este DO contribuirá para o objectivo da estratégia de reforçar a resiliência global de Moçambique.

JORNADA PARA A AUTO-SUFICIÊNCIA

Os efeitos de instituições públicas fracas, a corrupção endémica, as eleições caracterizadas por irregularidades, um ambiente de negócios complexo e a fraca competitividade na agricultura reflectem-se

nas pontuações negativas de Moçambique nas métricas da J2SR no que respeita à governação aberta e responsável e ao ambiente de negócios.

A pontuação baixa e em declínio no âmbito da democracia liberal demonstra que embora o país tenha um quadro jurídico relativamente forte para defender as liberdades cívicas e políticas, a excessiva concentração de poder no seio do poder executivo limita o exercício da democracia liberal. Moçambique segue o rasto de outros países de baixa renda e tem tendência a baixar na adopção de políticas governamentais abertas para partilhar informação, fomentar a participação dos cidadãos e instituir mecanismos eficazes de responsabilização perante os cidadãos. Nos termos da métrica de política económica da J2SR, Moçambique apresenta um desempenho variável, com barreiras pautais e não pautais comparativamente baixas que colocam o país numa posição favorável à liberdade comercial. O desempenho decrescente no âmbito do ambiente de negócios e investimento realça a necessidade urgente de implementação de políticas melhoradas para promover o investimento.

Para enfrentar estes constrangimentos que se colocam à J2SR de Moçambique, o DO 2 irá apoiar os esforços das entidades da sociedade civil e dos media para expor a corrupção e influenciar positivamente as decisões orçamentais e políticas. A USAID também apoiará os esforços dos cidadãos com vista a responsabilizar o governo pela melhoria dos serviços públicos e pela tomada de decisões orçamentais transparentes de uma forma que seja equitativa do ponto de vista geográfico. As intervenções destinadas a melhorar o diálogo entre os sectores público e privado e a sociedade civil sobre o desenvolvimento de políticas irão reforçar ainda mais a capacidade destes intervenientes cruciais, enquanto que os esforços para desenvolver o empreendedorismo e a capacidade técnica para os jovens e as mulheres irão atenuar o agravamento do fosso económico existente entre os sexos.

Para além de um maior envolvimento com a sociedade civil, o DO 2 concentrar-se-á no envolvimento do sector privado com o intuito de acelerar a J2SR. Especificamente, os programas reforçarão o ambiente de negócios, o que permitirá acelerar a competitividade do sector privado e atrair investimentos. O apoio à melhoria do acesso à tecnologia e ao capital, acompanhado de formação em empreendedorismo, especialmente para mulheres e jovens, aumentará a rentabilidade da agricultura e de outras empresas visadas. Juntos, estes esforços ajudarão a combater a retracção económica que acompanhou a pandemia da COVID-19. A USAID continuará a envolver-se com os sectores público e privado para identificar oportunidades de aumentar a utilização de bens, serviços e mão-de-obra local na indústria extractiva, a fim de alargar os impactos positivos do crescimento económico.

Para fortalecer a governação económica centrada no cidadão e melhorar a mobilização de recursos internos como meio de financiar a auto-suficiência, os programas da USAID informarão as principais reformas da governação económica e reforçarão os sistemas de gestão das finanças públicas. As possíveis oportunidades incluem o apoio a: um diálogo nacional inclusivo; a criação de um fundo soberano; e a concretização de medidas específicas de reforma da GFP identificadas no *Relatório de 2019 do GRM sobre Transparência, Governação e Corrupção*.⁸ A programação manterá um foco específico na alocação transparente e eficaz dos recursos públicos. As intervenções visando um maior acesso dos cidadãos à informação sobre as receitas públicas e encorajar o diálogo entre os sectores público-privado-sociedade civil contribuirão para assegurar que esses recursos sejam canalizados para as prioridades nacionais determinadas democraticamente. As perspectivas de aumento dos recursos públicos evidenciam a necessidade de reforçar a capacidade dos sistemas do GRM. A Missão irá também trabalhar no sentido de redefinir a sua relação com o GRM, facilitando um maior envolvimento político directo entre a comunidade de doadores, parceiros de implementação e contrapartes do GRM. Consequentemente, a relação entre os vários intervenientes basear-se-á em objectivos mutuamente acordados e incentivará a apropriação pelo GRM. Sempre que se

⁸[Republic of Mozambique : Diagnostic Report on Transparency, Governance and Corruption](#)

afigure apropriado, a USAID procurará implementar programas através dos sistemas do país beneficiário, especialmente nas áreas de política e infra-estruturas.

ALINHAMENTO COM AS PRIORIDADES DO GOVERNO MOÇAMBICANO

O crescimento económico diversificado e inclusivo está devidamente alinhado com muitos dos planos do GRM, conforme salientado no *Plano Quinquenal do GRM (PQG 2020-2024)* Prioridade II: “Impulsionar o crescimento económico, a produtividade e a criação de postos de trabalho”. O principal objectivo deste DO é adoptar uma economia mais diversificada e competitiva que crie mais oportunidades de emprego, especialmente para os jovens. Esta prioridade do GRM é apoiada por vários objectivos estratégicos, três dos quais estão directamente alinhados com o DO 2. Especificamente, o IR 2.2 está alinhado com o Objectivo Estratégico 1 do GRM “Promover um ambiente macroeconómico e uma gestão das finanças públicas equilibrados” e apoia a realização das medidas de reforma contidas no *Relatório do GRM sobre Transparência, Governança e Corrupção (2019)*. O IR 2.3 está alinhado com o Objectivo Estratégico II – “Melhorar o ambiente de negócios para atrair investimento privado nacional e internacional”, enquanto que o IR 2.4 está alinhado com o Objectivo Estratégico III – “Garantir a transformação e modernização da forma de organizar a produção e o comércio interno e externo”.

As intervenções do DO 2 irão igualmente apoiar outras estratégias do GRM, nomeadamente: “Acelerar o desenvolvimento na região norte do país”, que é o objectivo da Agência para o Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN), recentemente criada; “Melhorar a governação local das instituições provinciais e distritais de Moçambique”, através do recente Quadro de Descentralização do GRM; “Melhorar o ambiente de negócios” através da implementação do Plano de Acção para a Melhoria do Ambiente de Negócios; e “Investir na transformação e modernização da produção agrícola” através do programa SUSTENTA do Ministério da Agricultura.

Pressupostos	Riscos
<ul style="list-style-type: none"> Os grandes investimentos em gás natural prosseguem em Cabo Delgado. A descentralização é implementada em alinhamento com as emendas constitucionais moçambicanas de 2018. Continuação da descentralização do sistema político. A economia de Moçambique, em particular o sector do turismo, que neste momento se encontra dizimado, recupera dos impactos devastadores da COVID-19. 	<ul style="list-style-type: none"> O sistema de governação torna-se mais centralizado, reduzindo o espaço para os intervenientes locais. A queda dos preços do petróleo leva os investidores a protelar/cancelar os investimentos de liquefacção de gás. A insuficiência de receitas do sector público limita as capacidades do governo. Grandes investimentos extractivos prosseguem e causam uma sobrevalorização do Metical, limitando as perspectivas para a agricultura e outras indústrias não extractivas (doença holandesa). Os choques climáticos, tais como inundações e ciclones, têm um impacto negativo na produtividade agrícola e na viabilidade dos investimentos agrícolas. Os impactos da COVID-19 em sectores-chave (por exemplo, o turismo), e no comércio internacional têm um impacto negativo no desenvolvimento económico.

	<ul style="list-style-type: none"> ● A violência afecta grande parte de Cabo Delgado e estende-se à província de Nampula, limitando o crescimento económico global e ameaçando a viabilidade das indústrias extractivas. ● A violência no centro de Moçambique limita o comércio ao longo do Corredor da Beira-Harare. ● A subida das temperaturas, a pluviosidade variável e os fenómenos climáticos extremos têm um impacto negativo na produção agrícola, assim como nas actividades que dependem do sector agrícola.
--	---

IR 2.1: PROCESSOS DEMOCRÁTICOS VISADOS REFORÇADOS

VISÃO GERAL DO IR

Nas últimas duas décadas, tanto a sociedade civil como os meios de comunicação social têm-se mobilizado em momentos cruciais para exigir uma maior transparência e responsabilização por parte do governo. Contudo, persistem desafios consideráveis, designadamente o assédio a jornalistas, a autocensura e uma tendência decrescente do financiamento dos doadores para a sociedade civil. Para que os cidadãos moçambicanos possam influenciar significativamente as políticas públicas e exigir a responsabilização, a sociedade civil e os meios de comunicação social terão de informar os cidadãos e advogar eficazmente sobre questões cada vez mais complexas, orientadas por dados e sensíveis de governação económica a nível nacional e local. Este IR procurará harmonizar as mensagens da USAID em apoio à governação democrática centrada no cidadão em todas as actividades relevantes da missão. Irá também expandir os esforços da missão no sentido de envolver novos parceiros e apoiar novas coligações, incluindo mulheres e líderes juvenis, grupos religiosos, académicos e associações profissionais e empresariais, com vista a reforçar os princípios fundadores da democracia de Moçambique. As mulheres serão envolvidas de forma igual e significativa dentro e em todos estes esforços de governação.

LIGAÇÕES ÀS POLÍTICAS E PRIORIDADES DO GOVERNO MOÇAMBICANO

Os esforços da USAID no sentido de consolidar os processos democráticos (IR 2.1), mais concretamente para fortalecer a responsabilização do governo perante os intervenientes não-governamentais e para um maior acesso dos cidadãos a informação crítica sobre governação económica, Pilar I (Fortalecer a democracia e promover a unidade nacional) do Programa Quinquenal do GRM (PQG) 2020-2024.

PARCEIROS ESTRATÉGICOS

As actividades no âmbito deste IR envolverão mulheres e líderes juvenis, associações profissionais e empresariais, bem como líderes religiosos e comunitários, com o objectivo de encorajar uma maior responsabilização e inclusão na governação a nível provincial e distrital. Como forma de reforçar a implementação das principais reformas da governação económica, as organizações da sociedade civil serão fundamentais para promover uma advocacia baseada em evidências e em um debate público inclusivo. Com base numa programação bem-sucedida do passado, a USAID firmará uma parceria com um consórcio de organizações da comunicação social moçambicana para reforçar o jornalismo de investigação, promover estações de rádio comunitárias e expandir o acesso dos cidadãos moçambicanos a informação de qualidade.

IR 2.2: IMPLEMENTAÇÃO DA GOVERNAÇÃO ECONÓMICA FORTALECIDA

VISÃO GERAL DO IR

Durante a próxima década, o compromisso e a capacidade de Moçambique para gerir eficazmente os recursos públicos devem ser reforçados para aproveitar o potencial da exportação de gás natural, a sua posição como corredor comercial para os países do interior e oportunidades agrícolas favoráveis. A actual capacidade de Moçambique para gerir eficazmente os recursos públicos é seriamente limitada, tanto a nível nacional como a nível provincial e distrital. Os funcionários dos governos provinciais e locais precisam das competências, sistemas e incentivos para uma gestão responsável e equitativa dos recursos públicos em termos de género. As recentes reformas de descentralização exigem mudanças significativas nos procedimentos de gestão financeira a nível provincial e distrital e uma maior coordenação entre os vários intervenientes-chave. Este IR centrará os seus esforços no desenvolvimento das competências e no reforço dos principais sistemas dos governos provinciais e distritais para uma governação económica responsável e inclusiva. Tal irá garantir a existência de um forte sistema de fiscalização que reduza as oportunidades de corrupção ou ineficiências para tornar a alocação de receitas públicas mais equitativa e sensível aos cidadãos moçambicanos, especialmente às populações menos representadas e vulneráveis.

LIGAÇÕES ÀS POLÍTICAS E PRIORIDADES DO GOVERNO MOÇAMBICANO

Os esforços da USAID para reforçar a implementação da governação económica (IR 2.2), incluindo a melhoria da gestão das finanças públicas e a implementação de reformas da governação económica, estão alinhados com o Objectivo Estratégico 1 do GRM: Ambiente macroeconómico e gestão das finanças públicas equilibrados, bem como com as medidas de reforma que figuram no *Relatório do GRM sobre a Transparência, Governação e Corrupção (2019)*.

PARCEIROS ESTRATÉGICOS

As actividades no âmbito deste IR envolverão os ministérios relevantes do governo moçambicano, tais como o Ministério das Finanças e o Ministério da Administração Estatal e Função Pública, bem como os governos provinciais, municipais, distritais e as associações profissionais. A Missão prevê igualmente uma nova parceria com as entidades de auditoria interna do Ministério da Economia e Finanças, Ministério da Saúde e Ministério da Educação. Este IR irá explorar ainda oportunidades de parceria com as principais organizações de fiscalização da sociedade civil.

IR 2.3: AMBIENTE FAVORÁVEL AO NEGÓCIO FORTALECIDO

VISÃO GERAL DO IR

O fortalecimento do ambiente de negócios favorável através da reforma política é fundamental para acelerar a competitividade do sector privado, atrair investimentos e criar postos de trabalho. No entanto, Moçambique ocupa o 135º lugar (de 190 países) no *Relatório Doing Business do Banco Mundial de 2019* e não está a acompanhar o ritmo de outros países na implementação de reformas. Dada a perspectiva de bonança do gás natural, os próximos dez anos representam um período crítico para Moçambique enfrentar

numerosos desafios através de um maior envolvimento com o sector privado e a sociedade civil. É necessário um melhor ambiente político para um crescimento equilibrado para além da indústria extractiva, a fim de diversificar a base económica através da expansão da agricultura e de outros sectores estratégicos. O IR 2.3 abordará os desafios e obstáculos que impedem a competitividade do sector privado através de um diálogo político efectivo entre os sectores público-privado-sociedade civil, aumentando a influência e o empoderamento da mulher no sector privado e melhorando a implementação e monitorização das políticas por instituições públicas e privadas. As actividades desenhadas ao abrigo deste IR procurarão garantir que os grupos marginalizados, que incluam mulheres e jovens adultos, estejam significativamente envolvidos na análise, desenvolvimento e implementação de políticas.

LIGAÇÕES ÀS POLÍTICAS E PRIORIDADES DO GOVERNO MOÇAMBICANO

O IR 2.3 está alinhado com o *Plano Quinquenal do GRM (PQG 2020-2024)* Prioridade II: “Impulsionar o crescimento económico, a produtividade e a criação de postos de trabalho e o seu Objectivo Estratégico II – “melhorar o ambiente de negócios com vista a atrair o investimento privado nacional e internacional”. O IR 2.3 está também alinhado com o *Plano de Acção do Ministério da Indústria e Comércio que se destina a Melhorar o Ambiente de Negócios (2019-2020)*, que dá prioridade a acções para tornar “Moçambique mais atractivo ao investimento e as empresas mais competitivas”. As intervenções no âmbito deste IR apoiam várias estratégias do GRM, tais como o *Plano de Desenvolvimento Agrário 2020-2024* e a Política e Estratégia Comercial e contribuirão para o objectivo principal da ADIN de acelerar o desenvolvimento na região norte.

PARCEIROS ESTRATÉGICOS

A USAID irá envolver actores locais, incluindo o GRM (em particular o Ministério da Indústria e Comércio, como ponto focal da reforma da política económica), autoridades do governo local (em especial o Município de Maputo como ponto de referência para o Relatório Doing Business), associações do sector privado, sociedade civil, grupos de reflexão e académicos. A USAID continuará a colaboração com outros intervenientes no processo de desenvolvimento através do Grupo de Trabalho do Sector Privado e Agricultura e Desenvolvimento Económico Rural.

IR 2.4: MAIOR RENTABILIDADE DAS EMPRESAS AGRÍCOLAS E OUTRAS EMPRESAS VISADAS

VISÃO GERAL DO IR

A agricultura é a base da economia, contribuindo com mais de um quarto do PIB de Moçambique e empregando mais de 70 por cento do total da força de trabalho. O sector agrícola é dominado por pequenos proprietários, cujas propriedades variam em dimensão de 0,5 a 1,5 hectares, embora existam algumas empresas de maior dimensão envolvidas na produção e agro-processamento. A população moçambicana é jovem e está em rápido crescimento. Sessenta e seis por cento da população tem menos de 24 anos. Além disso, em contextos rurais, 95 por cento da força de trabalho feminina é constituída por agricultores de subsistência, 58 por cento das mulheres são analfabetas e, por tradição, as mulheres não herdaram a terra, deixando-as em desvantagem, especialmente quando confrontadas com choques socioeconómicos e ambientais. De acordo com uma análise da economia política de 2017, “com a actual taxa de crescimento da população, quase meio milhão de pessoas juntam-se à força de trabalho todos os anos – representando uma oportunidade tremenda, mas também um grande desafio, caso não sejam criados postos de trabalho a um ritmo correspondente”. A economia formal do país tem lutado para criar emprego para fazer face a esta

população em crescimento. A maior concentração populacional encontra-se no norte, uma região que tem sido historicamente negligenciada e onde a USAID pretende concentrar a maior parte da sua programação agrícola. Os mercados agrários moçambicanos são escassos, com poucos serviços de apoio, e em alguns locais, inexistentes.

A USAID investirá no aumento do empreendedorismo e da capacidade técnica dos proprietários e trabalhadores das empresas, particularmente dos jovens. A Missão procurará oportunidades para promover a utilização de empresas locais e o emprego de mão-de-obra local para as indústrias extractivas. A programação centrar-se-á nas indústrias relacionadas com a agricultura, que empregam um grande número de pessoas. As intervenções fornecerão competências e ferramentas que aumentem a competitividade das empresas lideradas por mulheres, que melhorem o acesso ao capital, informação, energia e tecnologias, que são ferramentas fundamentais para as empresas crescerem. Por exemplo, a programação dará origem a uma maior utilização de sementes de qualidade e de técnicas de gestão da água para aumentar a rentabilidade agrícola. Moçambique tem um grande potencial para expandir a produção de energia renovável, que poderia ser utilizada para alimentar as famílias e indústrias locais, assim como para gerar receitas através da exportação para os países vizinhos. A programação irá também permitir expandir uma maior utilização de ferramentas TIC, tais como dinheiro móvel, para estreitar as ligações entre agricultores e compradores. Uma maior rentabilidade da agricultura e de outras empresas visadas aumentará o emprego e a procura de bens e serviços locais. A economia de Moçambique será mais inclusiva quando as empresas, agricultores e outros intervenientes tiverem um melhor acesso aos mercados, aumentando assim o valor e o volume de vendas. O crescimento será mais inclusivo quando os actores tradicionalmente marginalizados, como os pequenos agricultores – especialmente os jovens e as mulheres – estiverem envolvidos e a beneficiar da expansão dos mercados e do comércio. A USAID continuará a fornecer assistência técnica e redes de contactos com vista a melhorar as ligações do mercado agrícola entre produtores, compradores e consumidores. Como ficou demonstrado durante as perturbações logísticas globais registadas durante a pandemia da COVID-19, existe uma grande oportunidade e necessidade de aumentar a produção local de alimentos para satisfazer a procura local.

LIGAÇÕES ÀS POLÍTICAS E PRIORIDADES DO GOVERNO MOÇAMBICANO

As intervenções propostas pela USAID para melhorar a rentabilidade das empresas agrícolas e outras (IR2.4) estão bem alinhadas com o *Plano Quinquenal do GRM (PQG 2020-2024)* Prioridade II: “Impulsionar o crescimento económico, a produtividade e a criação de postos de trabalho e o seu Objectivo Estratégico III: “Garantir a transformação e modernização da forma de organizar a produção e o comércio interno e externo”. Estas intervenções estão também alinhadas com a visão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável, que visa promover iniciativas sustentáveis através de mudanças estruturais na produção rural, com o apoio do recém-lançado Projecto de Gestão Integrada da Agricultura e dos Recursos Naturais do Banco Mundial.

PARCEIROS ESTRATÉGICOS

Os actores locais envolvidos na obtenção destes resultados incluirão os ministérios relevantes, tais como o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Ministério da Indústria e Comércio, autoridades governamentais provinciais, associações de agricultores, empresas agrícolas, associações empresariais, universidades e instituições de formação técnica, o sector bancário e outros doadores.

OBJECTIVO DE DESENVOLVIMENTO 3: MAIOR RESILIÊNCIA DAS POPULAÇÕES VULNERÁVEIS AOS PRINCIPAIS CHOQUES

HIPÓTESE DE DESENVOLVIMENTO

Se a programação da USAID, em concertação com o GRM, o sector privado e outros doadores, aumentar a segurança alimentar e nutricional das famílias e o acesso a água potável e saneamento, melhorar a gestão sustentável dos recursos naturais e preparar as comunidades vulneráveis para mitigar e resistir a conflitos, extremismo violento, choques no mercado e nos preços, bem como e tensões e desastres naturais; **então** as capacidades de resiliência destas famílias e comunidades serão maiores e Moçambique terá menos probabilidades de retroceder na sua jornada rumo à auto-suficiência.

NARRATIVA DE DESENVOLVIMENTO

As reservas significativas de gás natural de Moçambique, outros depósitos minerais, as terras férteis e água em abundância, bem como uma biodiversidade notável, constituem o potencial nas próximas décadas para o país financiar o seu próprio desenvolvimento. Contudo, a elevada desigualdade de rendimentos de Moçambique e a sua vulnerabilidade a desastres naturais (particularmente inundações, secas e ciclones), o conflito persistente e o crescente extremismo violento ameaçam fazer descarrilar a sua J2SR. Se as causas profundas destas vulnerabilidades não forem resolvidas, Moçambique poderá permanecer dependente da ajuda humanitária externa e da ajuda ao desenvolvimento num futuro previsível, e poderia mesmo arriscar-se a ceder partes do seu território a extremistas violentos.

O foco do DO 3 centra-se nas populações vulneráveis do norte e centro de Moçambique e nos choques/tensões específicos de desastres naturais, insegurança alimentar e extremismo violento. Contribui para o objectivo mais amplo da CDCS de um Moçambique cuja economia global, sistemas de governação e capacidade de financiar a auto-suficiência são mais resilientes a uma vasta gama de choques. O DO 3 visa uma região geográfica específica e um segmento da população particularmente exposto a choques climáticos e a conflitos/violência. Procura facilitar a transição da assistência humanitária, actualmente prestada através do Gabinete de Iniciativas de Transição e dos programas da Food For Peace, no norte de Moçambique, para programas de ajuda ao desenvolvimento. Contribui para o objectivo da CDCS, complementando os esforços do DO 1 de reforçar a capacidade humana e a resiliência dos sistemas de saúde e educação, e do DO 2 de criar resiliência através de uma economia diversificada e da responsabilização do governo. Ao abrigo do DO 3, a programação da resiliência através da sequenciação intencional, estratificação e integração irá criar capacidades a nível familiar, comunitário e de sistemas que permitam resistir aos principais choques. Embora o DO 3 se concentre nos choques e tensões relacionados com o clima e violência/conflitos, a USAID reconhece que outros tipos de choques – tais como choques relacionados com a saúde a nível individual e familiar, pandemias e volatilidade financeira familiar – também conduzem à vulnerabilidade e insegurança das famílias. Os esforços empreendidos no âmbito do DO 3 irão complementar e beneficiar do trabalho do DO 1 de reforçar a resiliência dos sistemas de saúde e educação, bem como o apoio do DO 2 para um sistema económico mais diversificado e resiliente. Dada a forte ligação entre a saúde, agricultura, segurança alimentar, nutrição e água, saneamento e higiene (WASH), as actividades do DO 3 serão coordenadas e, sempre que for o caso, estratificadas e sequenciadas com actividades de saúde e educação no âmbito do DO 1 e actividades de agricultura e governação local no âmbito do DO 2.

Dentro das comunidades e agregados familiares vulneráveis alvo, a USAID dará prioridade à resiliência das mulheres e jovens, que muitas vezes têm uma renda mais baixa, menos bens, nutrição mais deficiente e menos capital social a que possam recorrer em caso de choques. As mulheres em Moçambique – e particularmente das regiões norte e centro – casam em geral muito jovens e dão à luz uma média de cinco crianças, que enfrentam uma batalha difícil pela sobrevivência devido à pobreza, má nutrição, falta de água potável e de saneamento e higiene. Tendo em conta estes desafios, a USAID dará prioridade a actividades que reforcem a igualdade de género, com ênfase na violência baseada no género e no casamento infantil, a

fim de reduzir as disparidades de vulnerabilidade entre homens e mulheres a nível do agregado familiar, da comunidade e do sistema. Tal inclui o apoio às mulheres para aumentar a renda familiar através da diversificação e intensificação sustentável dos meios de subsistência baseados nos recursos naturais, bem como à melhoria do estado de saúde e nutrição das suas famílias através do acesso a uma dieta diversificada, água limpa e melhoria do saneamento e higiene. Em conjunto, estes investimentos irão aumentar a renda das mulheres, o acesso aos recursos, as oportunidades de tomada de decisões e a protecção contra a violência e a exploração.

Os jovens moçambicanos – que representam mais de 60 por cento da população – cresceram numa era pós-guerra que, de certa forma, não conseguiu satisfazer as suas expectativas de segurança, educação e oportunidade económica numa nação independente, pacífica e rica em recursos. Cada vez mais desiludidos, lutam por assumir papéis tradicionais, com níveis de escolarização e de renda demasiado baixos para conseguirem sustentar as suas famílias. Particularmente no Norte, os homens jovens enfrentam pressões para se juntarem a grupos extremistas violentos, enquanto as mulheres jovens enfrentam o risco de se casarem à força com eles. Uma vez que os jovens encontram-se muitas vezes entre os mais vulneráveis ao conflito, ao extremismo violento e a outros choques, a USAID dará prioridade ao aumento dos rendimentos dos jovens e à criação de oportunidades para que eles se possam envolver, de forma positiva, nas suas famílias e comunidades.

JORNADA PARA A AUTO-SUFICIÊNCIA

Embora Moçambique apresente um desempenho acima da média em algumas componentes do Roteiro do País, nos últimos anos tem piorado em áreas cruciais de compromisso como a igualdade dos grupos sociais e o fosso económico entre géneros – deixando as mulheres, os jovens e os grupos marginalizados mais vulneráveis a choques. Também permanece muito abaixo da média em indicadores de capacidade, tais como a taxa de pobreza e a saúde infantil, que são cruciais para a resiliência. O DO 3 visa estas áreas, bem como aspectos de eficácia governamental e política ambiental. Ao tratar destes elementos centrais da J2SR – em parceria com os DO 1 e 2 – o DO 3 irá reforçar resiliência e mitigar o efeito dos choques, fortalecendo ao mesmo tempo a capacidade institucional pública e envolvendo o sector privado para reduzir as causas de insatisfação que possam contribuir para a violência e o conflito.

A maioria dos resultados que a USAID/Moçambique pretende alcançar no âmbito do DO 3 sê-lo-ão através de um estreito envolvimento com o sector privado. Para alcançar resultados de segurança alimentar e nutrição (IR 3.1), a USAID ajudará os agricultores a aumentar os seus rendimentos através de melhores ligações de mercado e poderá trabalhar com o sector privado com vista a melhorar o acesso a micronutrientes, proteínas e alimentos fortificados para as famílias vulneráveis. Para fazer face à extrema falta de acesso a serviços abastecimento de água potável e saneamento (IR 3.2), a USAID irá reforçar as políticas, regulamentos, capacidade de gestão e acesso ao financiamento necessário para permitir que os fornecedores do sector privado satisfaçam estas necessidades face às insuficiências de financiamento do sector público. A abordagem da Missão à gestão dos recursos naturais (IR 3.3) inclui a melhoria da renda familiar através de meios de subsistência sustentáveis baseados em recursos naturais e o trabalho com parceiros do sector privado nas áreas do turismo e comercialização de produtos florestais não madeireiros (por exemplo, café, caju, mel). A USAID basear-se-á na sua história de sucesso das GDA e continuará a procurar novas oportunidades de Participação do Sector Privado.

No âmbito do DO 3, a USAID reforçará a resiliência de Moçambique aos choques e tensões que ameaçam minar a economia e desviar o financiamento ao desenvolvimento do GRM para responder a crises humanitárias. No âmbito do IR 3.2, a USAID reforçará o papel do sector privado e promoverá ferramentas, tais como parcerias público-privadas, para satisfazer a procura de água e saneamento. Espera-se que estas abordagens de pagamento por serviços melhorem a prestação de serviços, ao mesmo tempo que reduzem

os encargos sobre as finanças públicas já de si sobrecarregadas. Da mesma forma, e através de abordagens de gestão conjunta com entidades do sector privado, a USAID continuará a liderar modelos inovadores para melhorar a gestão de parques e áreas de conservação, recorrendo ao financiamento externo necessário para garantir a sustentabilidade (IR 3.3). As abordagens baseadas na comunidade para a preparação e gestão dos impactos das catástrofes recorrerão à capacidade local para criar a auto-suficiência e reduzir as despesas públicas (IR 3.5). Ao abrigo do IR 3.4, a USAID capacitará as comunidades para resistirem ao extremismo violento e mitigarem o conflito, contribuindo assim para a estabilidade, que é um pré-requisito fundamental para a auto-suficiência de Moçambique.

A programação do DO 3 visa reduzir a dependência do GRM da assistência humanitária externa e capacitar os moçambicanos e o seu governo para se prepararem, mitigarem e responderem mais eficazmente às crises. No âmbito deste DO, a USAID procura redefinir a sua relação com o GRM, passando de assistência humanitária contínua para parceria, com ênfase explícita na resiliência das populações vulneráveis a catástrofes e a factores de tensão a mais longo prazo.

ALINHAMENTO COM AS PRIORIDADES DO GOVERNO MOÇAMBICANO

O DO 3 está alinhado com várias prioridades do GRM, articuladas no seu plano quinquenal para 2020-2024, recentemente aprovado. Por exemplo, todo o DO está alinhado com o foco do GRM no desenvolvimento do capital humano e da justiça social, de modo a incluir o reforço da igualdade de género e da protecção social para as populações vulneráveis, com foco na juventude. O IR 3.1 está ainda alinhado com a prioridade do GRM de transformar e modernizar o sector agrícola, garantindo uma maior integração das famílias de agricultores nos mercados nacionais e internacionais, aumentando assim os rendimentos familiares, a segurança alimentar e a auto-suficiência nutricional. O IR 3.2 está igualmente alinhado com o desejo declarado do GRM de um maior acesso a infra-estruturas sustentáveis de água e saneamento e melhoria das práticas de higiene. Além disso, o IR 3.3 alinha-se com os esforços do GRM no sentido de reforçar a gestão sustentável dos recursos naturais e do ambiente, enquanto o IR 3.4 focaliza no combate ao extremismo violento e na consolidação do processo de paz, assim como no reforço da confiança dos cidadãos nas instituições estatais, está alinhado com os objectivos do GRM de consolidar a democracia, reconciliação e preservação da unidade e coesão nacionais, e ainda de promover a boa governação e a descentralização. Por último, o objectivo de construção de infra-estruturas resilientes ao clima do IR 3.5 é consistente com a prioridade do GRM de reduzir a vulnerabilidade das comunidades, da economia e das infra-estruturas aos riscos climáticos e aos desastres naturais e provocados pelo homem.

Pressupostos	Riscos
<ul style="list-style-type: none"> • GRM dá seguimento ao seu compromisso de investir pelo menos dez por cento do orçamento nacional na agricultura. • O GRM permite a programação complementar de transferência de dinheiro. • O GRM continua a apoiar reformas regulamentares para aumentar a participação do sector privado no sector de WASH. • Cabo Delgado e Nampula continuarão a ser espaços semi-permissivos onde os parceiros locais da USAID possam trabalhar. • O GRM continuará os esforços para combater o Estado Islâmico-Moçambique. • As crises humanitárias continuarão com níveis elevados de pessoas deslocadas internamente. • Os riscos naturais afectados pelo clima (secas, inundações, tempestades) irão ocorrer com maior frequência e intensidade. • O apoio do USG à assistência humanitária, à preparação para catástrofes e à resiliência climática continuará. • A implementação do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional continua a avançar. 	<ul style="list-style-type: none"> • A alteração dos padrões climáticos limitará os rendimentos agrícolas, danificará ou destruirá infra-estruturas e causará eventos climáticos mais frequentes e catastróficos. • Quando confrontados com choques, os moçambicanos vulneráveis com recursos limitados recorrerão a mecanismos que são insustentáveis (por exemplo, venda de bens, queima de carvão, abate ilegal de árvores e exploração mineira) e/ou prejudiciais (por exemplo, casamento infantil). • Os sistemas de mercado serão perturbados devido à COVID-19. • Na ausência de paz e segurança, as populações aceitarão qualquer entidade (incluindo o Estado islâmico-Moçambique ou outros VEO) que ofereça estabilidade. • Os riscos de segurança, especialmente em Cabo Delgado, tornarão algumas áreas inacessíveis aos parceiros de implementação da USAID e poderão resultar na destruição das infra-estruturas construídas pela USAID. Tais riscos também irão provavelmente aumentar o custo das operações na província. Cabo Delgado poderá tornar-se não permissivo, exigindo que as operações da USAID cessem ou sejam realizadas remotamente. Os insurgentes poderiam começar a visar as OSC e as organizações humanitárias. • Os agentes de segurança utilizam táticas que violam os direitos humanos e as liberdades civis em resposta à insurreição, criando incentivos para que as comunidades se radicalizem. • A violência alastra-se para além de Cabo Delgado, afectando mais programas da USAID e afectando uma maior proporção da população moçambicana. • Os choques climáticos, por exemplo as cheias, podem ser potencialmente um factor secundário que aumenta o extremismo violento.

IR 3.1: MAIOR SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DOS AGREGADOS FAMILIARES

VISÃO GERAL DO IR

Diversificar e aumentar a renda dos agregados familiares irá aumentar a resiliência das populações vulneráveis a choques e tensões. A ênfase no aumento da produção, na diversificação das culturas e na produtividade dos pequenos agricultores, ao mesmo tempo que se trabalha com o sector privado com vista a criar oportunidades de mercado, garantirá que as famílias sejam capazes de satisfazer as suas necessidades nutricionais. Envolvendo-se de forma holística, a USAID irá trabalhar a nível familiar, comunitário, distrital e provincial e irá centrar-se na melhoria do acesso a alimentos e rendimentos através da agricultura e outras iniciativas de subsistência, combatendo a desnutrição, especialmente em crianças menores de dois anos e mulheres grávidas e lactantes, de modo a melhorar a resiliência global dos moçambicanos como um todo. Reconhecendo que o empreendedorismo e o empoderamento económico das mulheres são componentes cruciais da resiliência das famílias, este IR colocará especial ênfase na segurança alimentar e nutricional e na subsistência dos jovens, e das mulheres jovens em particular, e no combate ao casamento infantil e à violência por parceiro íntimo.

LIGAÇÕES ÀS POLÍTICAS E PRIORIDADES DO GOVERNO MOÇAMBICANO

Os dois primeiros objectivos do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) centram-se na assistência e no desenvolvimento da agricultura de pequenos agricultores, o que está de acordo com o programa SUSTENTA, que visa integrar os pequenos agricultores nas cadeias de valor e aumentar os rendimentos. O GRM indicou que dedica mais de dez por cento de todo o seu orçamento ao programa SUSTENTA. O Ministério da Saúde, juntamente com o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutrição (SETSAN), são colaboradores empenhados em dedicar-se à segurança alimentar e aos resultados nutricionais. O principal desafio nesta área é a natureza multifacetada da pobreza, segurança alimentar e nutrição. O GRM parece ter as políticas correctas em vigor, mas a dificuldade está em enfrentar os desafios de forma holística.

PARCEIROS ESTRATÉGICOS

Os parceiros estratégicos são o MADER; o Ministério da Saúde; o Ministério do Género, Criança e Acção Social; e as Direcções Provinciais e Distritais.

IR 3.2: MELHOR GESTÃO E MAIOR UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA E SANEAMENTO PARA AS POPULAÇÕES ALVO

VISÃO GERAL DO IR

A obtenção de uma melhor gestão e maior utilização sustentável da água e saneamento para as populações-alvo contribuirá para o objectivo geral do DO 3 de melhorar o bem-estar e a resiliência das comunidades vulneráveis, especialmente das mulheres e raparigas. Para alcançar este objectivo, a USAID irá reforçar a governação do sector de água, saneamento e higiene (WASH) através de um diálogo participativo com as contrapartes do GRM, juntamente com um foco no reforço dos sistemas locais; expandir a disponibilidade de serviços de água e saneamento através da catalisação de recursos domésticos do sector privado, incluindo a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento empresarial das mulheres empreendedoras para

complementar os investimentos do sector público; combater normas de género prejudiciais que proíbem as mulheres e raparigas de beneficiarem de forma equitativa dos investimentos em WASH; e acelerar a adopção de comportamentos essenciais de WASH, que não só conduzem a melhores resultados de saúde, como também tratam de questões ligadas à sustentabilidade, garantindo que os investimentos em infra-estruturas físicas sejam utilizados e devidamente mantidos.

LIGAÇÕES ÀS POLÍTICAS DO GOVERNO MOÇAMBICANO

A *Estratégia Nacional de Desenvolvimento do GRM (2015-2035)* e o “*Plano de Acção para a Implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Sector de Abastecimento de Água e Saneamento 2015-2030*” reflectem o foco do GRM na melhoria dos sectores de água e saneamento em Moçambique. A Constituição, recentemente revista, oferece oportunidades para avançar na descentralização do planeamento, investimento e gestão dos serviços públicos, incluindo os serviços de água e saneamento, para as províncias e distritos. O GRM e os parceiros de desenvolvimento comprometeram-se a apoiar o processo de descentralização do sector de WASH. Moçambique dispõe políticas e regulamentos em vigor que permitem um melhor acesso a água e saneamento geridos com segurança, mas as lacunas na capacidade das agências de WASH e a falta de priorização do financiamento para este sector limitam a sua capacidade de alcançar os objectivos definidos, tornando ainda mais importante que a USAID procure soluções por iniciativa do sector privado, sempre que possível.

PARCEIROS ESTRATÉGICOS

Os parceiros estratégicos são o Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH) e várias das suas direcções (às quais a USAID fornece financiamento directo e/ou apoio à capacitação); o UNICEF; o Banco Mundial e o DFID. A Missão tirará partido de objectivos comuns entre os doadores, incluindo a coordenação de zonas-alvo geográficas para a programação de WASH com o Banco Mundial, com a finalidade de tornar a água potável mais acessível.

IR 3.3: MELHOR GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

VISÃO GERAL DO IR

A existência de uma melhor gestão dos recursos naturais (NRM) em áreas seleccionadas contribuirá para o objectivo geral DO 3 de melhorar o bem-estar e a resiliência das comunidades vulneráveis, especialmente as mulheres e raparigas. Para alcançar este resultado, a USAID irá reforçar a capacidade institucional do GRM para implementar e fazer cumprir as leis, políticas e estratégias da NRM; aplicar modelos participativos, de base comunitária e de co-gestão da NRM; e melhorar meios de subsistência alternativos para as comunidades dependentes da NRM. Tanto quanto possível, os programas de NRM irão reforçar os sistemas locais no combate às ameaças às florestas, pesca e vida selvagem; alavancar o financiamento sustentável através do envolvimento e alianças do sector privado; e integrar a conservação da biodiversidade, a resiliência climática, a violência baseada no género e os resultados do empoderamento das mulheres/raparigas. As actividades de capacitação alinhar-se-ão com a *Lei de Eliminação, Neutralização e Perturbação do Tráfico de Vida Selvagem dos EUA* (US Eliminate, Neutralize, and Disrupt Wildlife Trafficking Act) e os fundos do Congresso destinados aos programas de Biodiversidade, Contra o Tráfico de Animais Selvagens e Adaptação Climática da USAID.

LIGAÇÕES ÀS POLÍTICAS DO GOVERNO MOÇAMBICANO

Aprovado para Publicação

A Constituição da República de Moçambique estabelece que todos os cidadãos têm o direito a um ambiente saudável e a obrigação de o proteger da degradação. A Constituição também estabelece que todos os recursos naturais, renováveis e não renováveis, terrestres e marinhos, pertencem ao Estado. Apela ao estabelecimento de áreas para a conservação da natureza e de políticas para proteger o ambiente e encorajar a utilização sustentável dos recursos naturais. O GRM dispõe de uma série de políticas (leis, estratégias, planos de acção e regulamentos) que abordam a gestão das florestas, pescas e vida selvagem. Entre estas destacam-se a *Estratégia Nacional de Biodiversidade para Moçambique: 2015-2035*, que inclui 20 metas. Mais recentemente, o *Plano Quinquenal do GRM (2020-2024)* inclui o “reforço da gestão sustentável dos recursos naturais e do ambiente” como uma das suas principais prioridades. Embora o Roteiro da J2SR atribua ao que chama “biodiversidade e protecção do habitat” em Moçambique uma pontuação de 0,9 em 1, ou 90 por cento, classificando-o como muito avançado a nível mundial, essa pontuação baseia-se principalmente no facto de Moçambique ter uma fracção muito grande da sua área terrestre – 26 por cento – designada como áreas de conservação, pelo menos no papel. A pontuação não é um reflexo muito preciso da eficácia das políticas de conservação da biodiversidade e de NRM, nem da sua implementação. Do ponto de vista do GRM, garantir um financiamento sustentável com um acordo de parceria internacional de “co-gestão” para todas as áreas de conservação é uma meta a atingir.

PARCEIROS ESTRATÉGICOS

Os parceiros estratégicos incluem o Grupo Parlamentar do GRM para a NRM; o Ministério da Terra e Ambiente; a Administração Nacional para as Áreas de Conservação (ANAC); a Agência Nacional de Controlo de Qualidade Ambiental (AQUA); a Direcção Nacional de Avaliação Ambiental (DNAB); o Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas; e fundações privadas que se associam ao GRM para a conservação de áreas chave da biodiversidade.

IR 3.4: COMUNIDADES ALVO MELHOR PREPARADAS PARA RESISTIR AO EXTREMISMO VIOLENTO E MITIGAR CONFLITOS

VISÃO GERAL DO IR

Desde Outubro de 2017, as comunidades de Cabo Delgado têm sido atacadas pelo IS-M. A frequência e a gravidade dos ataques extremistas violentos têm aumentado constantemente desde 2018, provocando deslocações em massa em todos os distritos costeiros da província. A violência, associada a um desenvolvimento socioeconómico limitado da província, representa sérios riscos para a J2SR de Moçambique (assim como para o desenvolvimento do GNL, que tem o potencial para o transformar num país de média renda) e para a estabilidade regional. Consequentemente, esta IR centra-se no apoio à resiliência nas comunidades-alvo a nível local para resistir ao VE e mitigar o conflito. Apoia directamente o objectivo da CDCS e o DO 3, mas é também fundamental para se alcançar o DO 2, centrado na governação económica, aumentando a confiança entre as comunidades vulneráveis e o governo. Este IR reconhece como o VE tem um impacto diferente nas mulheres, raparigas e jovens e, posteriormente, visará os agentes de mudança e os principais influenciadores destas populações vulneráveis, a fim de promover uma maior estabilidade e resiliência da comunidade.

A USAID/Moçambique utilizará três abordagens para este IR: 1) criar a coesão social dentro e entre as comunidades visadas, 2) aumentar a confiança entre as comunidades vulneráveis e o governo; e 3) identificar e reforçar a capacidade dos agentes de mudança e dos principais influenciadores locais, particularmente mulheres e jovens, para implementar iniciativas de prevenção e combate ao extremismo violento (P/CVE) lideradas localmente. Estas abordagens baseiam-se nas vantagens comparativas da

USAID em Moçambique: ligações ao governo e comunidades locais através da programação da governação local USAID/OTI e DRG; parceria contínua com a nova agência do GRM, a ADIN; liderança da USAID na comunidade de prática P/CVE em Moçambique; e programação de desenvolvimento e assistência humanitária da USAID capaz de identificar e abranger os agentes de mudança e os principais influenciadores no norte. Ao abrigo deste IR, a USAID apoiará os objectivos de Mulheres, Paz e Segurança e trabalhará em estreita colaboração com parceiros Interagências, incluindo o DoS e o DoD, como parte da estratégia pós-governamental de combate ao IS-M.

LIGAÇÕES ÀS POLÍTICAS DO GOVERNO MOÇAMBICANO

O *Plano Quinquenal do GRM (2020-2024)* inclui, como um dos seus três pilares, “Reforçar a democracia e preservar a unidade e a coesão nacionais”. O Plano dá prioridade ao envolvimento da juventude em actividades que construam um sentido de coesão nacional. O trabalho realizado no âmbito deste IR contribuirá para esse pilar e complementará o da ADIN recém-criada do GRM. À medida que a ADIN desenvolve uma estratégia utilizando toda uma abordagem governamental para combater o VE, o trabalho da USAID no âmbito deste IR irá tratar dos factores subjacentes que contribuem para a instabilidade.

PARCEIROS ESTRATÉGICOS

Os parceiros estratégicos são a ADIN, OSC locais, grupos tradicionais e religiosos, governos municipais e provinciais, estações de rádio comunitárias, mulheres e grupos de jovens. A USAID continuará a colaboração com outros parceiros de desenvolvimento e os seus parceiros de implementação relevantes.

IR 3.5: COMUNIDADES ALVO MELHOR PREPARADAS PARA OS DESASTRES NATURAIS

VISÃO GERAL DO IR

Enquanto a Agência Nacional de Gestão de Desastres (INGD) tem a responsabilidade geral de coordenar a prontidão e resposta a desastres a nível nacional e provincial, os governos distritais são, em última instância, responsáveis pela prontidão e coordenação dos esforços de socorro a nível comunitário. A USAID irá trabalhar no sentido de reforçar a coordenação a nível provincial e distrital e os planos e capacidade de resposta a desastres, com uma ligação às actividades de apoio à descentralização no âmbito do DO 2. A USAID irá também aumentar o acesso e utilização de infra-estruturas comunitárias resilientes ao clima, como escolas, unidades sanitárias e mercados em zonas afectadas pelos ciclones Idai e Kenneth. Em áreas específicas, a USAID irá reforçar a gestão de desastres de base comunitária – incluindo a prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.

LIGAÇÕES ÀS POLÍTICAS DO GOVERNO MOÇAMBICANO

A nova Lei do GRM referente à Gestão de Desastres e Redução de Riscos (2020) enfatiza que a gestão de risco de desastres (GRD/DRM) deve ser descentralizada como uma área da administração pública e estabelece as funções e entidades de GRD/DRM a nível provincial e distrital. Sublinha a importância da prevenção e a natureza participativa e inclusiva da gestão de risco de desastres e observa que a recuperação de desastres deve ser sustentável, minimizando o risco de desastres futuros. A nova lei cria uma janela de oportunidade para a USAID ligar a gestão de desastres a outros esforços de descentralização enquanto a experiência de vários grandes desastres continua viva.

PARCEIROS ESTRATÉGICOS

A USAID trabalhará em estreita colaboração com outros membros da Equipa Humanitária do País (incluindo outros doadores e consórcios de ONG internacionais, tais como o COSACA e o CHEMO) e com o Banco Mundial – que disponibilizou um financiamento significativo para a RRD/DRR a nível central – a fim de incentivar a operacionalização da nova lei a nível provincial e distrital. O INGD será também um parceiro-chave na implementação deste IR.

V. MONITORIA, AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM

A estratégia da USAID/Moçambique requer um sistema inovador e flexível de Monitoria, Avaliação e Aprendizagem (MEL) para compreender e aprender eficazmente como contribui para a J2SR de Moçambique durante este importante período. Esta estratégia irá incorporar os três princípios seguintes: (1) reforçar o uso de sistemas locais; (2) empregar uma forte coordenação e colaboração; e (3) enfatizar e aplicar a flexibilidade em ambientes restritos ou não permissivos. Com base nestes três princípios, a Missão incorporará a MEL sensível ao género em toda a programação. Por exemplo, a Missão utilizará todos os indicadores de género padrão e personalizados que sejam aplicáveis, analisará dados desagregados por sexo para a tomada de decisões e promoverá a gestão de dados sensíveis ao género.

A USAID/Moçambique continuará a aprofundar intencionalmente o envolvimento com os sistemas locais e a fortalecer a capacidade e o empenho dos principais actores locais. Isto exigirá igualmente uma maior ênfase na capacitação local da MEL, por exemplo, garantindo que os actores locais disponham das ferramentas necessárias para produzir dados úteis e credíveis, assim como a capacidade de usar estas ferramentas para acompanhar as condições locais. Além disso, a Missão fará esforços no sentido de reforçar e utilizar os sistemas MEL desenvolvidos localmente, de propriedade local e sensíveis ao género, em vez de criar ou duplicar sistemas. Ao utilizar fontes de dados locais, processos locais de recolha de dados, indicadores identificados e geridos localmente, a Missão não só funcionará de uma forma mais rentável, como também contribuirá para uma melhor harmonização dos processos MEL, para uma melhor tomada de decisões e para uma maior apropriação dos resultados de desenvolvimento pelas comunidades e pelo governo beneficiário.

Ao garantir uma forte coordenação e colaboração entre os PI da USAID, outros doadores, o GRM e outros intervenientes-chave, a USAID tem como objectivo aproveitar as melhores práticas e lições aprendidas para obter melhores dados e, em última análise, melhores resultados. A Missão facilitará investimentos conjuntos, planeamento, priorização, definição de metas e melhor retorno dos investimentos. Por exemplo, a Missão está a explorar formas de desenvolver planos MEL provinciais onde todas as intervenções dos doadores e do governo se ligam a um plano ou estrutura MEL conjunta e acordada. A Missão está também a planear visitas e avaliações conjuntas com o GRM e outros doadores que se encontram a implementar projectos nas mesmas zonas geográficas. Estes esforços são reforçados pela recente colocação, pela Missão, de conselheiros provinciais nas províncias de Nampula e Zambézia. Estes conselheiros, baseados nos escritórios do governo provincial, fazem parte da equipa MEL da Missão e desempenham um papel fundamental no reforço da coordenação entre os PI e o governo e no reforço dos esforços MEL liderados localmente e apropriados ao género.

A flexibilidade em ambientes restritos ou não permissivos é essencial à luz das complexidades de monitoria apresentadas por questões tão variadas como os efeitos inibidores da actividade extremista violenta em Cabo Delgado, ou as declarações de estados de emergência relacionados com a pandemia em províncias específicas. Sempre que o pessoal da Missão for limitado na sua capacidade de monitorar fisicamente de maneira tradicional, a USAID empregará abordagens flexíveis e adaptáveis para proporcionar a fiscalização necessária. Um exemplo é a intenção da Missão de procurar oportunidades de reunir beneficiários, governos locais e partes interessadas para contribuir para programas de monitoria das actividades em que estão envolvidos. Além de fornecer informação essencial sobre as actividades, esta abordagem tem o potencial de aumentar o empenho e a apropriação das intervenções.

ABORDAGEM MEL DA MISSÃO

O plano de gestão do desempenho da Missão irá incorporar flexibilidade e adaptabilidade, bem como o rigor e a qualidade necessários para apoiar eficazmente a tomada de decisões e a gestão de adaptação. As principais abordagens, tal como são descritas a seguir, incluirão: o acompanhamento de cenários; colaboração, aprendizagem e adaptação; gestão do conhecimento; utilização de indicadores apropriados; e uma gestão sólida dos dados.

A Missão tem planos de desenvolver um sistema e um painel de controlo que irá acompanhar os cenários descritos nesta CDCS. Este sistema será integrado em mecanismos existentes, tais como o processo de Revisão da Carteira da Missão, permitindo à Missão acompanhar e compreender melhor as tendências emergentes dentro ou entre cenários identificados, e permitindo à Missão adaptar a estratégia consoante as necessidades. Alguns exemplos de tendências e dados que podem ser seguidos como parte deste exercício são: actividade extremista violenta na parte norte do país, o fluxo do rendimento do sector extractivo para o governo, estado da igualdade de género, implementação do processo de descentralização e abertura ou encerramento do espaço da sociedade civil e dos meios de comunicação social.

A colaboração, a aprendizagem e a adaptação são outro contributo fundamental para melhorar a eficácia do desenvolvimento. A Missão pretende utilizar a CLA de uma forma mais sistemática e intencional ao longo de todo o ciclo do programa. Um exemplo é a intenção da Missão de desenvolver e implementar momentos de pausa e reflexão que garantam espaço para ciclos de feedback adequados, permitindo assim a consulta de rotina com os principais intervenientes e beneficiários. Estes momentos de pausa e reflexão servirão o propósito crucial de permitir à Missão “tomar o pulso” das actividades no terreno. A Missão está também empenhada em captar e aplicar os conhecimentos e experiências resultantes dos seus programas, alargando deste modo o impacto de investimentos passados e facilitando a adaptação a novos contextos operacionais e locais. A Missão desenvolverá uma avaliação sólida e um plano CLA que identifique lacunas de informação-chave, métodos para captar conhecimentos críticos e abordagens de adaptação. A Missão irá levar a cabo a monitoria regular e intencional, a fim de obter informação essencial para a tomada de decisões como alternativa a abordagens mais complexas ou dispendiosas.

Os níveis e números adequados de indicadores de contexto, de desempenho e de processo são ferramentas indispensáveis para informar as decisões programáticas da Missão. Nestes termos, a Missão prevê acompanhar e/ou desenvolver indicadores contextuais de alto nível que acompanhem as tendências e pressupostos-chave; indicadores de nível de desempenho que meçam os DOs, IRs e sub-IRs; e indicadores de nível de processo que ajudarão a Missão a acompanhar outros dados não relacionados com o desempenho, tais como a capacidade interna do pessoal, a integração e a coordenação, bem como processos de tomada de decisões. Ao proceder desta forma em ligação com a elaboração de planos MEL provinciais ou zonais, a Missão também explorará as diferenças geográficas muito singulares e variadas. Isto permitirá à Missão tomar o pulso das diferenças geográficas e adaptar melhor as decisões de desenho e implementação a situações específicas. Além disso, a Missão identificará cuidadosa e intencionalmente as ligações entre os dados da carteira e os indicadores da J2SR, de modo a melhor demonstrar a influência do programa sobre os indicadores da dimensão de auto-suficiência que medem a Jornada de Moçambique Rumo à Auto-suficiência.

Por último, a Missão procurará reforçar a gestão de dados e simplificar os processos de recolha de dados, reduzindo o número de sistemas e duplicação de processos, utilizando os sistemas existentes sempre que estejam disponíveis e inovando quando estes mostrem-se insuficientes. O reforço da gestão de dados implicará garantir que os processos e ferramentas MEL existentes tenham o rigor necessário e estejam interligados para permitir que os dados relevantes fluam de maneira eficiente, para que estejam disponíveis para os responsáveis pela tomada de decisões. Os relatórios de desempenho contarão a história da implementação e serão utilizados juntamente com informação derivada de outros esforços de monitoria e CLA, e também com os resultados da avaliação, com o intuito de fornecer evidências durante as revisões da carteira da Missão e outros momentos regulares de pausa e reflexão.

VI. ANEXOS

- I.** Jornada de Moçambique Rumo à Auto-suficiência
- II.** Análise das Mudanças Climáticas